

EXEMPLAR

20

CRUZEIROS

NOVOS RUMOS

ANO IV — Rio de Janeiro, quinta-feira, 27 de setembro de 1962 — Nº —

MARCO ANTÔNIO E MASSENA: HOJE NA TV-TUPI

As 21,15 horas, na TV-Tupi, os candidatos populares Marco Antônio Coelho e João Massena Melo estarão falando ao povo, expondo pontos de seus programas. Concitamos nossos leitores a convidarem seus amigos e companheiros a ouvir os candidatos nacionalistas e democráticos, candidatos de Prestes.

Matou-o a Insânia de Lacerda!

Faleceu, ontem, em Pôrto Alegre, o professor Francisco Brochado da Rocha, ex-presidente do Conselho de Ministros. Atingido por um derrame cerebral, e após desesperados esforços de seus médicos, que ainda tentaram salvá-lo submetendo-o a três intervenções cirúrgicas, expirou às primeiras horas da tarde.

O falecimento do professor Brochado da Rocha causou profundo abalo em todo o País. E despertou, como não podia deixar de ser, uma indignação surda mas profunda contra os que, na verdade, têm de responder perante o povo e a História, pelo seu prematuro desaparecimento. Há um responsável: o insensível e hediondo Carlos Lacerda, que, há apenas oito anos, provocava a morte de outro homem público — o presidente Getúlio Vargas. O ex-premier Brochado da Rocha é a sua segunda grande vítima. Não resistiu à mesquinhez de seu ódio, ao seu desumano rancor, ao seu nunca saciado desejo de vingança. Alvo de suas calúnias e de seus furiosos ataques pessoais, não conseguiu responder-lhe à altura, como pretendia, amargando desde esse momento uma frustração que o marcou implacavelmente e acabou por prostrá-lo morto.

No auge da recente crise de governo, desferiu Lacerda contra o ex-presidente do Conselho de Ministros as mais repulsivas infâmias. Chamou-o de "camelô" da política, de vendedor de pentes de matéria plástica e pôs em dúvida, em tom de deboche, o título de professor universitário, que a sua vítima possuía e considerava na mais alta conta. Ridicularizou-o do modo mais desrespeitoso. E atingiu a sua honra pessoal.

O constrangimento que esses ataques provocaram no professor Brochado da Rocha tornou-se público e foi assunto de toda a crônica política. O colunista Castello Branco, do próprio jornal de Lacerda, a "Tribuna de Imprensa", comentava diariamente o assunto e dizia que o ex-primeiro-ministro ficava "siderado pelos ataques", incapaz de pensar em outra col-

sa a não ser preservar o seu nome, a sua dignidade e a significação do posto que exercia como chefe do Governo. Foi por iniciativa pessoal sua que se reuniu o Conselho de Ministros para aprovar uma dramática advertência ao governador da Guanabara. Aos seus amigos, o ex-premier chegou a confidenciar, com lágrimas nos olhos: "Não tenho coragem para encerrar meus filhos e abraçá-los, depois de ler essas infâmias, sem dar-lhes a devida resposta". Devido a isso, cancelou uma viagem que deveria fazer ao seu Estado. Lacerda, porém, insensível e furioso, insistia em enxovalhar aquele que seria a sua próxima vítima.

Não se continha, sequer, às insolências verbais. E decidiu, através de seus capangas, violar a própria residência da família Brochado da Rocha. O fato, estardalhaçoso e revoltante, foi revelado pelo ex-premier em discurso pronunciado em Pôrto Alegre pouco antes de morrer. Note-se a amargura de suas palavras: "Vou fazer aqui, pela primeira vez, meus patrióticos, a revelação de um fato que até hoje mantive em sigilo. Numa madrugada, na Semana da Pátria, tive o apartamento em que, no Rio de Janeiro, residia com minha família — portanto o meu lar — invadido por capangas armados de metralhadoras". Era, para o professor do Rio Grande, trazido de súbito às culminâncias da vida política nacional, austero e recatado, a suprema humilhação. Humilhação que ele recalava, mas o abatia e dilacerava no íntimo.

E possível que, a estas horas, Lacerda se sinta vitorioso e faça os seus cúmplices se sentirem também vitoriosos. É uma característica de sua tétrica personalidade. É a sua tara: levar à eliminação física os seus adversários políticos numa luta que é duplamente abjeta. Abjeta por ser a infâmia a sua arma e abjeta por estar a serviço de interesses estrangeiros, contrários aos do Brasil e do povo.

Sombria e repulsiva é essa vitória: a vitória dos corvos.

Mourão Pede Intervenção: Guanabara

pág. 2

Amaral Neto Sobre o Povo na Central: «Canalha Que Ulula Como Animais»

Denunciando todo o medo de que está possuído diante da possibilidade de enfrentar o povo novamente, Amaral Neto falou ontem na Rádio Mayrink Veiga, contendo a sua versão dos fatos de terça-feira na Central do Brasil, versão que, pelos termos insultuosos e contraditórios, acabou sendo uma confissão de seu crime.

Afirmou que levou uns 70, 80 ou 90 homens consigo, ordenando-lhes que usassem a violência caso fossem repudiados pelo povo. Esse repúdio — o próprio Amaral confessou — se manifestou logo a sua chegada ao local, onde recebeu, segundo ele mesmo diz, a valia mais enurdecadora que já ouviu. Referindo-se ao povo que valava, o líder lacerdistas usou, textualmente, a expressão: "canalha que ulula como animais".

Confessou também que, no caminhão em que se encontrava o deputado Hércules Corrêa dos Reis — contra os seus 70, 80 ou 90 homens — havia umas seis ou oito pessoas. Mas que não podia jurar que desse caminhão partira a pedrada. Falou muito no filho, insinuando que este não era o que em 1960 assassinou um colega no município de

Petrópolis, procurando comover os ouvintes pelo fato de ser pai. "Meu filho subiu aquele caminhão (isto é, iniciou a agressão) e, de mãos limpas, pois naquelas condições ninguém podia subir no caminhão armado, jogou todos eles lá de cima. Tenho orgulho de confessar que foi meu filho". Do baderneiro? Do assassino? Dos dois?

Procurando por todos os meios esquivar-se à culpabilidade, disse que dentro de um conflito como aquele não se pode apurar responsabilidades e que os casetes encontrados depois podiam ser de seus homens, até mesmo de seu filho (que "subiu aquele caminhão de mãos limpas"), confessando, assim, que os homens que levou estavam armados.

O líder baderneiro Amaral Neto encerrou sua fala fazendo um apelo patético aos populares para que cessem de telefonar para sua casa acusando-o de terrorista, pois seus nervos frágeis não mais agüentam essa pressão e "quem acaba ficando louco sou eu".

Louco pode não ficar. Mas terá de prestar contas com o povo a quem manda massacrar.



A ÚLTIMA

Ao fotografar o deputado Hércules Corrêa, disse que esta é a última foto de um trabalhador saqueado, durante esta campanha eleitoral. «Os trabalhadores, afirmou o parlamentar operário, não permitirão mais qualquer arranhão fascista da gang instalada no poder na Guanabara».

Novas Violências na Central: Lacerdão Investe Contra o Povo

Texto na 2ª página

EM DEFESA DE CUBA

Mais de mil pessoas — trabalhadores, estudantes, camponeses, intelectuais, gente de todas as camadas — compareceram dia 25, a noite, à sede da União Nacional dos Estudantes para participar da «Noite de Solidariedade ao Povo Cubano» (foto). Foi mais uma demonstração vigorosa de que nosso povo não restará impassível se os imperialistas lançarem transformar em realidade a sua ameaça de agredir Cuba.

Leia na segunda página.



Hércules Denuncia os Criminosos e Adverte o Governo

Texto na 4ª página

Artigo de MARCO ANTÔNIO COELHO

Agricultura e Abastecimento

O contínuo encarecimento e a escassez de gêneros alimentícios, agravados nos últimos anos, não constituem apenas um problema de preços ou de distribuição. O atraso nas relações de produção na agricultura brasileira, a concentração de enormes extensões de terra em mãos de um reduzido número de proprietários, são uma causa importante da crise do abastecimento.

Embora existam 232 milhões de hectares de terras apropriadas para fins agropecuários e 600 milhões de hectares de terra que podem ser utilizados para esses fins, estão destinados à lavoura apenas cerca de 20 milhões de hectares, isto é, 9% da área apropriada e 2,5% da área total utilizável. Não há dúvida de que a estrutura da propriedade agrícola que ainda vigora no Brasil é responsável por esse desperdício, pelo péssimo aproveitamento das terras brasileiras.

É fato conhecido a extrema concentração da propriedade da terra no Brasil, onde 34% dos estabelecimentos, com mais de 500 hectares, dominam 62% da área total ocupada. O que é mais interessante observar, entretanto, é que tem havido uma relação entre a expansão da área cultivada e o maior ou menor grau de concentração da propriedade. Entre os censos de 1920 e 1940, quando houve maior expansão da área de lavoura, ocorreu igualmente um fracionamento maior

da propriedade agrária, cuja área média baixou de 270 para 104 hectares. Entre os censos de 1940 e 1950, ao contrário, uma reaglutinação da propriedade coincidiu com a estagnação da área cultivada.

Esses dados confirmam a tese de que a atual estrutura da propriedade agrária impede um maior desenvolvimento da agricultura brasileira. O monopólio da terra faz com que existam, de um lado, enormes extensões de terra não utilizadas ou mal utilizadas e, de outro, grandes contingentes de população camponesa subempregada ou desempregada, dominada pelas doenças, pela miséria, pelo analfabetismo e, frequentemente, pelo desânimo e pela apatia. E essa população vive à margem da circulação monetária e de mercadorias, freando o nosso desenvolvimento industrial pela contração do mercado interno.

Outra causa importante das dificuldades de abastecimento é o fato de que a produção agrícola não é basicamente determinada pelas necessidades da população, e, sim, pelos interesses de poderosos grupos econômicos ligados ao comércio de exportação. A agricultura de exportação, sobretudo do café, é privilegiada, recebe os maiores créditos e subsídios, em detrimento da agricultura de subsistência, voltada para o mercado interno. E a lavoura do café que absorve a

maioria dos créditos que o Banco do Brasil fornece à agricultura, enquanto são desprezíveis os créditos às lavouras do arroz, feijão, trigo, milho, cevada e, sobretudo, aos cultivos hortigranjeiros, como tomate, laranjas, bananas, etc. Esse favorecimento se reflete no aumento do número de cafeeiros em produção, apesar da queda dos preços do café no mercado externo. Somente em três anos (1956-58) foram plantados no Estado de S. Paulo mais de 65 milhões de pés de café.

Dessa forma, enquanto se estimula a superprodução no setor latifundiário-exportador — em sua maioria ligado a intermediários comerciais estrangeiros — deixa-se ao desamparo o pequeno e médio produtor, geralmente dedicado à lavoura de subsistência e voltado para o mercado interno.

Igualmente o sistema de distribuição — a armazenagem e o transporte — favorece o setor exportador. A maior parte da rede de silos e armazéns está ocupada por café, o que certamente é um dos fatores de dificuldade para que o Governo enfrente a sonegação de gêneros aparelhado com estoques suficientes nos pontos-chave do abastecimento.

A eliminação do monopólio da terra e da monocultura a ele ligada, e a proteção à agricultura de subsistência, portanto, imprescindíveis para melhorar o abastecimento das cidades.

PROGRAMA PARA O POVO

Hoje, os leitores de NOVOS RUMOS em todo o País, com exceção daquelas cidades onde circulam as nossas edições diárias, encontrarão além das oito páginas normais, um tabloide especial dedicado ao movimento sindical brasileiro. Aos nossos leitores das cidades onde circulamos diariamente, avisamos que esse mesmo tabloide será distribuído juntamente com a nossa edição de domingo próximo.

Com 16 páginas, esse tabloide contém, na íntegra, as resoluções do IV Encontro Nacional Sindical, III Convenção Nacional dos Bancários, II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo e I Encontro de Libertação Nacional.

Na certeza de que os trabalhadores brasileiros saberão compreender o nosso esforço para levar tais documentos aos nossos milhares de leitores de todo o País e perdoar as falhas por acaso existentes, queremos deixar aqui o nosso agradecimento a todos os dirigentes sindicais que contribuíram de maneira decisiva para que tal iniciativa se tornasse uma realidade.

O tabloide não pode ser vendido separadamente.

PRESTES FALA AMANHÃ EM SANTO ANDRÉ

SAO PAULO, 26 (Da sucursal) — Promovido pelo Comitê Pró-Candidatos Populares do ABC, será realizado amanhã, em Santo André, em frente ao SENAI, grande comício dos candi-

datos nacionalistas e democráticos à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Falarão dirigentes sindicais, os candidatos populares e o líder comunista Luiz Carlos Prestes.

Roteiro dos candidatos

HOJE: 27-9-1962

8.30 hrs. — Refinaria Duque de Caxias (Petrobrás) — Mourão Filho, João Massena Melo e Marco Antônio Coelho.

11.30 hrs. — Fábrica de Tecidos Mavilla — Hércules Corrêa dos Reis.

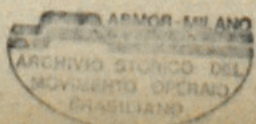
17.45 hrs. — Rádio Mundial — Marco Antônio Coelho e Sival Palmeira.

20.00 hrs. — Jardim Santo Antônio (Deodoro) — Marco Antônio Coelho e Hércules Corrêa.

21.00 hrs. — Reunião com um grupo em Copacabana — Sival Palmeira.

21.15 hrs. — TV Tupi — Marco Antônio Coelho e João Massena Melo.

21.45 hrs. — Rádio Metropolitan — Hércules Corrêa dos Reis.



Reunião hoje e amanhã na CNTI:

CGT dá Balanço na Greve e Intensifica Luta Salarial

Hoje e amanhã estarão reunidos na sede da CNTI os representantes estaduais do Comando Geral dos Trabalhadores, por convocação do CGT.

Deverá comparecer um representante de cada Estado, para discussão das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores em suas mais recentes manifestações.

A ordem-do-dia da reunião compreende o balanço da greve de 14 de setembro, as conquistas já alcançadas e o impulso à luta pelas reivindicações constantes dos nove pontos do documento de decretação da greve de 14 de setembro.

BALANÇO
O Comando Geral dos Trabalhadores, ao fazer o balanço da greve geral de 14 de setembro, procurará saber exatamente quais as empresas que pararam, o número total de grevistas e a extensão do movimento, com o total de horas de paralisação.

Com os relatórios apresentados pelos representantes dos Estados, o Comando Geral dos Trabalhadores irá elaborar um documento provando que o movimento grevista de 14 de setembro teve maior amplitude que o de 3 de julho, mostrando a evolução de consciência e de organização dos trabalhadores no decorrer da crise política iniciada em agosto de 1961.

CONQUISTAS
A reunião do CGT prestará contas a todos os delegados das conquistas já alcançadas nas recentes lutas dos trabalhadores.

Serão examinados particularmente os problemas referentes ao aumento do salário mínimo, aumento proporcional — no mesmo índice de elevação do salário mínimo — dos demais salários, e sindicalização rural. As questões salariais já foram encaminhadas pelo presidente da República e pelo ministro do Trabalho a órgãos técnicos do Ministério do Trabalho que deverão concluir seus estudos até 17 de outubro.

Também o problema da sindicalização rural está na Divisão da Organização e Prestes falará na Rádio Difusora de Caxias

No próximo sábado, dia 29, às 14 horas, Luiz Carlos Prestes falará ao microfone da Rádio Difusora de Caxias. Discorrerá sobre a situação nacional e a importância das eleições de 7 de outubro.

PROFESSORES CUBANOS
Eduardo Lara, Estrela Diaz e Miguel Marrero, três professores cubanos atualmente no Rio, chegaram à UNE em meio ao ato, sendo recebidos entusiasticamente, durante minutos, de pé, aos gritos de "Cuba, sim; lanques, não". Ao final Eduardo Lara agradeceu a homenagem, num discurso concluído com as seguintes palavras: "Das felizes esperanças do Brasil, com esta vibrante juventude. Avante. Viva a UNE, viva a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa, viva a amizade Brasil-Cuba, viva a Paz".

Polícia cerca a «Luta»
Mais uma arbitrariedade da polícia de Lacerda. Cinco guarnições da radiopatrulha cercaram na noite de ontem a redação do jornal "Luta Democrática", para prender o motorista de outro matutino carioca que ali se refugiara para não ser preso pelos beaguins de Lacerda.

O motorista, que trafejava diante da Central em marcha lenta, foi convidado por um policial a correr. Explicou que não podia, pois se ariscava a atropelar alguém. O policial insistiu. Houve a discussão. No fim, deu voz de prisão ao motorista, e sentou-se ao seu lado no carro.

No caminho para o distrito, o motorista achou mais seguro procurar outra saída. Tocou o veículo para a redação da "Luta", onde se refugiou. O jornal foi cercado. Tentativa de invasão. Mas, depois de um telefonema para o comando do I Exército, tudo serenou. A polícia correu mais uma vez.

Novas Violências na Central: Lacerdão Investe Contra Povo

Repetiram-se na noite de ontem, em frente a Central do Brasil, as manifestações de violência da polícia de Lacerda contra o povo que pacificamente se encontrava naquele logradouro participando de debates e discussões, como sempre foi hábito naquele local.

Ontem, por volta de 19 horas, quando maior é a aglomeração de populares na Praça Teófilo Ottonio, local chegado de choques da polícia do governador fascista e, fazendo sua estréia na Guanabara, o famoso Lacerdão, carro comprado com o dinheiro do povo para ser utilizado na violência contra o próprio povo. Ordenou então o comandante da tropa, como se isso fosse possível, a desocupação do local naquela hora, como se sabe, é maior o movimento diante da Central. Não foi atendido

e nem poderia sê-lo. Ordenou então aos bandidos o assalto. Jatos d'água eram lançados contra a multidão, bombas de gás lacrimogêneo atiradas no meio da massa. Não conseguiram dispersar os populares, apesar da violência e da brutalidade.

REAÇÃO
Atacado pela polícia, o povo começou a reagir. Munido-se de paus e pedras, populares enfrentavam os beaguins de Lacerda. Pedrões eram atirados contra o famigerado Lacerdão. Na praça, o povo gritava enquanto lutava: "Intervenção! Intervenção!" — "Fora o bandido Lacerda e seus capangas!"
Depois de mais de duas horas de verdadeiro combate, a polícia terminou abandonando o local.

MOURÃO VAI PEDIR HOJE INTERVENÇÃO NA GB

Conforme NR anunciou na edição de ontem, o sr. Mourão Filho, presidente do PST na Guanabara, dará entrada no Tribunal Regional Eleitoral com o pedido de forças federais para garantir o pleito neste Estado. A decisão do sr. Mourão Filho, candidato a senador apoiado pelas forças populares, e dos demais membros do regional do PST prende-se fundamentalmente ao curso que o governador fascista Lacerda vem dando à campanha eleitoral na Guanabara, intervindo diretamente para impedir a derrota já desenhada dos seus candidatos e estimulando a violência contra os candidatos populares por todos os meios. Depois das ocorrências verificadas na noite de 25 em frente a Central, o presidente do PST guanabarrino comunicou-se com os demais membros do diretório, que em reunião realizada ontem elaboraram o documento que será encaminhado hoje ao TRE.

EXPECTATIVA
Sabendo-se do faciosismo do presidente do TRE guanabarrino, sr. Homero Pinho, que vem procurando por todas as formas dar cobertura

ra à ação do fascista Lacerda e dos bandidos do tipo Amaral Neto, os membros da direção do PST poderão se dirigir também ao Superior Tribunal Eleitoral, exigindo a mesma medida.

NOVAS VIOLÊNCIAS
Na madrugada de ontem, prosseguiram as violências contra comitês eleitorais dos candidatos populares. Em Piedade, capangas do candidato Ibsen Marques, por sua vez "peixinho" do "democrata" Gonzaga da Gama Filho, depredaram a frente do comitê eleitoral dos candidatos Marco Antônio e João Massena. Em Copacabana, na Rua Barata Ribeiro, elementos desclassificados pertencentes ao Clube da Lanterna e ao MAC, lançaram-se, sob as vistas constantes de protetoras dos policiais de Lacerda e Borer, a arrancar faixas dos candidatos democratas e nacionalistas a vice-governador, senador e deputado.

A violência, que continua desenfreada contra os candidatos populares, é mais do que justificativa para a intervenção na Guanabara, intervenção para assegurar o respeito às liberdades e a normalidade do pleito.

FALECEU BROCHADO DA ROCHA: JANCO PRESENTE AOS FUNERAIS

As 12.30 de ontem, faleceu em Pôrto Alegre o ex-primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha, vítima do por um derrame cerebral no dia anterior.

O sepultamento do ex-presidente do Conselho de Ministros realizar-se-á na manhã de hoje, com a presença de altas autoridades da República, inclusive o presidente Goulart.

O sr. Brochado da Rocha nasceu em Pôrto Alegre a 8 de agosto de 1910, cursando o Instituto Lafayette, o Colégio Militar no Rio e formando-se em Direito pela Faculdade de Direito da Capital do Rio Grande do Sul. Depois de passar pela municipalidade de Pôrto Alegre, da qual em 1946 foi procurador e membro do Conselho Administrativo, ocupou o cargo de secretário do Estado para Educação e Cultura. No ano seguinte, foi eleito deputado à Assembléia Estadual. Em concurso brilhante, conquistou a cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre. Em 1955 foi nomeado Consultor Geral da República. Em 1959 dirigiu a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul e no ano seguinte a do Interior e Justiça. Exerceu ainda, interinamente, as secretarias de Energia e Comunicações, Economia e Indústria e Comércio. Como substituto, exerceu as funções de secretário do Trabalho, da Administração e da Fazenda e o próprio governo do Rio Grande do Sul, em dois períodos, nos anos de 1961 e 1962.

Em 1961, representando a Universidade do Rio Grande do Sul, Brochado da Rocha participou das Jornadas Uruguaio-Brasileiras de Di-

reito Comparado, apresentando tema sobre o neoparlamentarismo. Nesse ano, por indicação do governo do Rio Grande do Sul, foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores para participar em Montevideu do Grupo de Trabalho encarregado de preparar a agenda das conversações entre os chefes de governo do Brasil e Uruguai.

Como jurista, Francisco Brochado da Rocha publicou vários trabalhos relativos à forma de governo, autonomia dos Municípios, dis-

tribuição de rendas públicas. Como professor de Direito Constitucional, deixou trabalhos de literatura jurídica, entre eles a tese de concurso subordinada ao tema — O Congresso Nacional em face da Democracia Brasileira.

Brochado da Rocha exerceu a Presidência do Conselho de Ministros num momento de aguda crise política, comportando-se com dignidade no cargo durante os dois meses em que o exerceu. Sua renúncia ao cargo ocorreu a 14 de setembro.

NOITE DE SOLIDARIEDADE A CUBA LOTOU AUDITÓRIO E SEDE DA UNE
Estudantes, trabalhadores e intelectuais realizaram dia 25, na sede da União Nacional dos Estudantes, a Noite de Solidariedade ao Povo Cubano, um ato público em favor do respeito ao direito de autodeterminação dos povos e contra a intervenção lanque na ilha socialista. Centenas de pessoas compareceram à reunião, lotando totalmente o auditório do prédio onde têm suas sedes as entidades estudantis localizadas na Guanabara, na praia do Flamengo, 132. Na ocasião foram exibidos filmes sobre realizações do governo revolucionário de Fidel Castro e foi inaugurada uma mostra fotográfica de Cuba. Na mesa que dirigiu as solenidades estavam, além do presidente da UNE, universitário Vinícius Caldeira Brant, o general Saturnino Alvim, o general Gonzaga Leite (presidente da Comissão Brasileira de Solidariedade a Cuba), o líder sindical Roberto Moreira, apresentando o Comando Geral dos Trabalhadores, o coronel Luis Baiardo, da ADISEB, e Deodato Rivera, do Conselho das Ligas Camponesas.

Discursando em nome da organização que preside o general Gonzaga Leite recordou a história de Cuba e o processo de exploração de que aquela nação amiga

PRESTES VISITARÁ CAXIAS SÁBADO

Depois de amanhã, sábado, o dirigente comunista Luiz Carlos Prestes irá a Caxias, onde cumprirá extenso programa político, nos seguintes horários:

12 h — Almoço oferecido pelos candidatos populares e personalidades locais;

14 h — Palestra na Rádio Difusora de Caxias sobre a situação política nacional e a importância das eleições de 7 de outubro;

15 h — Encontro com dirigentes sindicais e líderes das associações de lavradores;

17 h — Grande Comício no centro da cidade, com a presença dos candidatos populares Demistóclides Baptista, Aristóteles Miranda Melo, Elzjo Balmalho, e dos candidatos à Câmara de Vereadores local Crassini de Almeida, Jarbas Amorim e o líder camponês Manoel Escobar.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro

Sede própria: Rua Mariz e Barros, 65 — Tel.: 23-4593

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria do Sindicato convoca todos os companheiros e companheiras associados, para tomarem parte na Assembléia Geral Extraordinária que fará realizar no dia 29-9-62, às 18 horas, em primeira convocação se houver número, e, às 19 horas, em segunda convocação, com qualquer número e com a seguinte ordem do dia:

- 1 — Balanço da Greve Geral de 14 de setembro e seus resultados práticos.
- 2 — Discussão e votação de propostas de Aumento de Salário a serem enviadas ao Sindicato das Indústrias.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1962
Hércules Corrêa dos Reis — Presidente.
Cleonildo Bezerra de Faria — 1.º Secretário.
Alberto dos Santos — 2.º Secretário.
Alvina Corrêa do Rêgo — Tesoureira.
José Sebastião da Silva — Procurador.

Leste

URSS-IUGOSLAVIA

O presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, Leonid Brejnev, encontra-se em visita à Iugoslávia, a convite do presidente Tito. O estadista soviético deverá permanecer naquele país até o próximo dia 3 de outubro. Durante sua estada na Iugoslávia, Brejnev tem mantido conversações amistosas com o presidente Tito e demais membros do governo iugoslavo, discutindo questões relacionadas com a ampliação da colaboração política e econômica entre os dois países. A visita do presidente Brejnev reveste-se de importância, tendo em vista a atual situação internacional e a participação ativa da Iugoslávia na luta pela paz e pela solução pacífica do problema alemão. Sabe-se que ainda este ano o presidente Tito deverá retribuir a visita de Brejnev.

SUPERMERCADOS

Em Varsóvia, o governo polonês construiu um grupo de supermercados. Dêles, o mais importante é o "Supersam", no centro da cidade, cujo "hall" principal tem uma superfície de mais de 1000 m². Foi projetado pelo arquiteto Jerzy Hryniewicz e é uma das mais modernas obras arquitetônicas da nova Varsóvia. O novo supermercado é dotado de instalações as mais modernas e o sistema de operar facilita enormemente o movimento de compras.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Destaca-se no volume da exportação iugoslava o setor da construção naval. No pós-guerra, esse setor industrial acusou um grande desenvolvimento e foi dotado dos mais modernos requisitos técnicos. Assim, pela sua qualidade e eficiência, a indústria naval iugoslava recebe encomendas dos mais diversos países. Para se ter uma idéia do progresso nesse terreno, é bastante dizer que a produção naval mundial acusou entre 1957 e 1961 uma baixa de 48% no índice. No mesmo período, a indústria naval iugoslava acusou uma elevação de 226% no índice de produção de navios.

EXPORTANDO FABRIGAS

A República Democrática Alemã exporta uma quantidade considerável de equipamentos industriais para diversos países. Exporta materiais em grande quantidade e fábricas inteiras, notadamente de instrumentos elétricos, cimento, açúcar e têxteis. Os equipamentos alemães são exportados para países do campo socialista e numerosos países da Ásia, África e América Latina.

CONSERVAS

Neste ano, a indústria rumena produzirá mais de 76.000 toneladas de legumes e frutas em conservas, superando em 8 vezes o volume de produção de 10 anos atrás. A qualidade dos produtos rumenos faz com que sejam numerosos os pedidos de outros países. Hoje, a Romênia exporta para o exterior, notadamente para países do Norte da África e da Europa Ocidental, 26.000 toneladas de produtos em conserva.

CASAS PARA O POVO

O governo cubano preparou um grande plano de construção de moradias que está sendo levado a cabo em toda a ilha. Para este ano está prevista a construção de 12.000 moradias e mais de 600 edificações destinadas a centros de saúde, de recreação e escolares.

NOVOS RUMOS

Diretor
Orlando Bonfim Júnior
Diretor Executivo
Fragimon Borges
Redator Chefe
Luiz Gasziano
Gerente
Guttemberg Cavalcanti
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar 8/1212 — Tel.: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar 8/905
SUCURSAL DE SÃO PAULO
Rua 15 de Novembro, 228 8º andar 8/827
Tel.: 35-0455
Endereço telegráfico
"NOVOS RUMOS"
ASSINATURAS:
(Sómente a edição semanal)
C/5
Anual 1.000,00
Semestral 500,00
Trimestral 250,00
ASSINATURA AEREA
C/5
Anual 2.300,00
Semestral 1.150,00
Trimestral 575,00
Número avulso 20,00
Número atrasado 30,00

Oeste

ALGO ESTÁ ERRADO

A semana passada um avião marinar norte-americano caiu em alto mar com mais de 40 oficiais a bordo. Mais de uma dezena faleceu. Os restantes foram salvos por um navio lanque, que incensou-se logo depois. A viagem de Schirra pelo oeste (uma a três ou seis voltas em torno da Terra) já foi adiada por duas vezes em virtude de defeitos técnicos no foguete propulsor ou de mau tempo sobre o Atlântico, onde deverá cair o 3º cosmonauta norte-americano, Anteonem, um foguete lanque Skybolt caiu no mar antes de completar a sua trajetória de 1.500 quilômetros. Esse fracasso se deve ao mau funcionamento do segundo estágio do foguete, enquanto isso, a "Orion" de São Paulo publica, com todo o destaque, matéria distribuída pelo USIS (serviço de imprensa na embaixada norte-americana) em que se afirma que os Estados Unidos preparam as nave que vão levar seus homens a Lua.

NÃO SE FALA NOSTRA CURSÁ

A edição de "O Globo" de ontem e quase toda dedicada aos comunistas, essa matéria que atormenta o sono de brasileiros como o sr. Roberto Marinho, na primeira página encontramos: comunistas agremiam Anuário, "uma de ferro em Cuba", "os russos voltam a pagar impostos". Nas páginas seguintes, podemos ler: "escaramuzas na fronteira sino-indiana", "intensificada a campanha antireligiosa na URSS", "comunistas desativam propaganda de Juracki, o filho do ditador Strossener falando mal da Alemanha Democrática", "a O'Leary não permitiu uma ação russa contra Berlim", "contra exposição nuclear soviética", "a URSS terá base em Cuba para sua frota pesqueira", "rejeitada a admissão de Pequim na Agência Atômica", "caças soviéticos perseguiram um avião dos Estados Unidos", "método soviético cura a gagueira", "Bonn proibiu que seus navios transportem cargas para Cuba", "países das Antilhas apoiariam o emprego da força contra Cuba" e "campanha de 15 anos comando guerrilheiros anticaristas". Achando pouco, o secretário desse pasquim repetiu a nota "comunistas arrancam falxas de Juracki".

A ALIANÇA REPUBLICANA SOCIALISTA
1901 — Alberto Schroeter; 1902 — Artidoro Coronel; 1903 — Ary Steimer; 1904 — Athaydes Rodrigues; 1905 — Augusto Louzada; 1906 — Bruno Segalla; 1907 — Cláudio Avelino; 1908 — Cláudio Moraes Rodrigues; 1909 — Darcy von Hoonholtz; 1910 — Edmar Machado; 1911 — Edgar Curvello; 1912 — Ely Fávora; 1913 — Evaldo Weber; 1914 — Flávio Franco; 1915 — Carlos Fico; 1916 — Flávio Petróv; 1917 — Henrique Ordóvez; 1918 — Her Agnito da Luz; 1919 — Jorge Campezzato; 1920 — José Teltelroff; 1921 — Leopoldo Páncaro; 1922 — Marinho Kern; 1923 — Marino Rodrigues dos Santos; 1924 — Nestor Dornelles; 1925 — Oneron Dornelles; 1926 — Oscar De Camillis Filho; 1927 — Ottomar Dillenberg; 1928 — Roque Cruz Vargas; 1929 — Rubens Belém; 1930 — Solon Lessa da Silva; 1931 — Solon Pereira Neto; 1932 — Ulysses Villar; 1933 — Vicente Real; 1934 — Vinício Tabalara; 1935 — Walter Graeff; 1936 — Washington Ayres.

A ALIANÇA REPUBLICANA SOCIALISTA de todas as legendas é a que apresenta o melhor programa. Programa que se define claramente por uma Reforma Agrária Radical e contra o capital espoliador do imperialismo norte-americano e por medidas concretas de combate à carestia. Todo o comunista deve participar ativamente da campanha eleitoral, debatendo com as massas os problemas que mais as interessam e contribuindo para a vitória dos candidatos que apoiamos.

Façamos da campanha eleitoral um campo de esclarecimento, desmascarando e derrotando os candidatos do imperialismo e do latifúndio e elegendo uma expressão bancada federal e estadual dos melhores nacionalistas e democratas, dos verdadeiros representantes das forças populares. sr. Eloy Martins — Júlio Teixeira — Abílio Fernandes.

AUTO-RETRATO

Não apenas do comunismo trata "O Globo" de ontem. Em sua primeira página encontramos três matérias que retratam bem o lado de cá. «Os burocras da cidade: porque existem, como vão ser tapados», «A indústria deve crescer mais valorizando o homem» — declarações do sr. Zúlio Malimani, presidente da Federação das Indústrias, o mesmo que afirmou a semana passada que o salário mínimo não deveria ser aumentado. E, por último: «Clamor do Sexo» hoje em «O Globo»...


MÉTODO DE MORTE

Com esse título, o vespertino oficial do IBAD publicou telegrama de São Francisco, Estados Unidos, dando conta de que Max Young confessou haver submetido sua esposa à picadura de aranhas venenosas...

EXPERIÊNCIA PRÓPRIA

O corvo disse ontem em comício eleitoral na Tijuca que «com a Guanabara não se brinca». Fala por experiência própria. Por ocasião da greve geral de 5 de julho, Lacerda foi posto para correr nas ruas da Guanabara por trabalhadores grevistas e populares, e foi obrigado a soltar, no mesmo dia, todos os grevistas presos por sua ordem. Na greve geral de 14 de setembro, a coisa lhe saiu pior. Ajudados por tropas do 1º Exército, os trabalhadores puseram para correr vários choques da polícia. Nesse dia, Lacerda não teve nem coragem de sair às ruas como na greve anterior. E no mesmo dia em que Lacerda fazia aquela declaração, os trabalhadores exemplaram o seu líder na Assembléia Legislativa...

DIA 29 COMÍCIO NA PRAÇA 7 (Vila Isabel) 18,30 horas
Oradores: **PRESTES MARCO ANTÔNIO SINVAL MASSENA HÉRCULES**



Nacionais

ALEF: MAIS CONFUSÃO

A já famosa Aliança Eleitoral pela Família, natimorta, continua causando balbúrdia e confusão nas próprias hostes eclesiásticas e suas vizinhanças. Segundo um bem informado cronista social, o líder católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Alencar) embarcou para Roma, a fim de participar do Concílio Ecumênico, "irritadíssimo" com a ALEF. O sr. Tristão de Alencar é homem vivo e experiente e conheceu de perto os malefícios causados à própria Igreja pela antiga Liga Eleitoral Católica, de tal forma se comprometera com o integralismo, então em ascensão no Brasil. Que lucrara naquela época a Igreja Católica ao colar-se com a mais aguda forma de reação atuante no País? Nada, e perdeu muito. Tanto assim que uma crescente massa do eleitorado católico passou a orientar-se não pelas receitas reacionárias da LEC e sim pelo seu próprio critério, ao reconhecerem que a LEC deservira ao Brasil e ao seu futuro político. Hoje, em relação à ALEF, basta sondar a opinião de qualquer eleitor católico democrata. Ele não abandonará a posição democrática que já assumiu para seguir a orientação antidemocrática da ALEF. Ele não deixará de votar a 7 de outubro num candidato provavelmente democrata e progressista para votar num duvidoso Eurípedes Cardoso de Menezes, de atuação pró-fascista reconhecida, num Plínio Salgado, indicado em São Paulo pela ALEF, ou em um chantageiro como é o laico americano do IBAD que atende pelo nome de Gabriel Chaves de Melo. Sem que isto signifique, naturalmente, que esses não terão votos. Mas o importante é constatar que a ALEF

choveu no molhado, surgindo como uma organização ultra-reacionária para os ultra-reacionários. Neste sentido, é interessante observar que a ALEF conseguiu levar a desavença aos próprios arraiais da reação. O fascista Carlos Lacerda estralou com o editorial, ontem citado por nós, aparecido em "Tribuna da Imprensa" criticando o sectarismo da ALEF Lacerda (Júlio Tavares) considera que a "Tribuna da Imprensa" "errou, e gravemente, ao pretender que a Liga Eleitoral pela Família (sic) não tem o direito de recomendar aos eleitores os candidatos da sua preferência". Em nota da Redação, "Tribuna da Imprensa" contesta Lacerda (Júlio Tavares) e reafirma: "Mantemos o ponto de vista de que a ALEF errou — e basta esperar as eleições para ver os resultados..." Acrescenta o contestante de Lacerda que o critério adotado pela ALEF "não foi democrático nem político", e que "a ALEF começou dividindo a família democrática" e "não é uma Aliança e não conseguirá unir forças..." Mas não é isto o que interessa a Lacerda. Em seu artigo de ontem, Júlio Tavares deixa-se traír quando escreve: "Não se pode servir a dois senhores". Porque ele serve a um senhor: o dólar, o imperialismo americano. E acha que a esse mesmo senhor deve servir a ALEF. E a "Tribuna da Imprensa". É legítima a previsão de derrota do grupo reacionário que, através da ALEF, quis contrapor o eleitorado católico aos candidatos verdadeiramente democráticos. O eleitorado católico, de saída, repeliu o movimento de embuste. A 7 de outubro os alfeanos terão a resposta merecida.

MANOBRAS SUSPEITAS

O chamado "caso cubano" continua na ordem-do-dia e adquire a cada passo novas nuances. Naquilo que nos diz respeito, isto é, a pressão dos Estados Unidos para levar-nos a um rompimento com Havana, como já conseguiu da maior parte dos governos locais do Continente, o mais notável é a intensa atividade que vem desenvolvendo nos últimos dias o embaixador Lincoln Gordon. Depois que a imprensa noticiou sua visita ao presidente Goulart, em Brasília, misturando Cuba e 80 milhões de dólares facilitados, tivemos anteontem o alô do primeiro-ministro e ministro do Exterior, sr. Hermes Lima, com o representante de Washington. O encontro foi na própria embaixada americana. O sr. Hermes Lima fez apenas uma crítica à recepção cordial: os charutos do sr. Gordon não prestavam. (Os bons charutos que se fumavam nos Estados Unidos eram cubanos...) Quanto ao mais, disse que o Brasil vai à Conferência de Chanceleres disposto a examinar "fatos novos" surgidos no Continente, esperando obter informações concretas sobre a ajuda militar da União Soviética a Cuba. Ora, quanto a isto não há a menor obscuridade. O governo soviético e o governo cubano assinaram e deram à publicidade, à luz do dia, um comunicado informando precisamente sobre essa ajuda e sua finalidade. Por sua vez, o presidente dos Estados Unidos, Kennedy, reconheceu publicamente que o armamento recebido por Cuba da União Soviética é de caráter defensivo. Mas não é este o âmago da questão. O âmago da questão consiste em que os Estados Unidos resolveram agora lançar uma cartada decisiva contra Cuba, visando num primeiro tempo bloqueá-la e, num segundo tempo, invadi-la e destruí-la. E disto que está tratando o embaixador Lincoln Gordon em sua intensa atividade entre o presidente da República e o primeiro-ministro, mal amou a crise política. Aliás, o mesmo sr. Hermes Lima declarou, segundo a imprensa, "Não consideramos a existência de um problema militar". Sim, por parte de Cuba não há nenhum problema militar, e seria simplesmente insensato e ridículo admitir que existe de Cuba em relação aos Estados Unidos. Mas existe dos Estados Unidos em relação a Cuba — isto é incontestável. A prova foi a tentativa de invasão em abril do ano passado pelos mercenários cubanos residentes nos Estados Unidos. A prova foi o recente ataque a um bairro de Havana por canhonei-

ras norte-americanas. A prova são os constantes voos provocativos de aviões norte-americanos nas costas de Cuba. A prova é o reforçamento enorme da base militar norte-americana em Guantánamo, em território cubano. E que significa uma tentativa de bloqueio militar — já em marcha com ações de pirataria como a apreensão de navios — senão a véspera de uma ação agressiva ou o seu acompanhamento? É para esta ação militar dos Estados Unidos em relação a Cuba que a diplomacia norte-americana tenta arrastar-nos por todos os meios. Os argumentos visando justificar a agressão vinham se baseando na finada Doutrina de Monroe. Ontem, o "Jornal do Brasil" chamava a atenção para o fato de que esta doutrina já não vale, está ultrapassada, tendo servido outrora para anexar aos Estados Unidos metade do território do México e Porto Rico. Hoje, aconselha o mesmo jornal, "o Brasil não precisa mais de sofismas para ser coerente com a sua política exterior e cumprir os seus compromissos internacionais". E indica a tábua de salvação para a diplomacia dos agressores: o Tratado do Rio de Janeiro, que admite a intervenção dos Estados Unidos no Continente sob o pretexto de "salvaguardar a paz". Isto é que é sofisma, e do mais baixo quilate, ainda que bem pago em dólar. Ao povo brasileiro o que interessa é manter relações amistosas com todos os países, como uma questão de princípio. E ainda como questão de princípio não admitir, de forma alguma, sob qualquer pretexto, a intervenção de um país nos assuntos de outro, a violação da integridade territorial de qualquer país. O imperialismo lanque, através do governo dos Estados Unidos, está jogando em relação a Cuba uma cartada extremamente perigosa e que pode conduzir à guerra. Não uma guerra qualquer, restrita, localizada, mas uma conflagração mundial, de consequências já perfeitamente previstas — a destruição de grande parte da humanidade, um crime contra a própria humanidade para satisfazer aos caprichos e interesses egoístas e sórdidos de um punhado de magnatas norte-americanos e seus lacaios. Contra isto se erguem os protestos de todos os povos do mundo, e com mais razão ainda o dos povos latino-americanos, o do Brasil em particular.

CUBA E A ASSEMBLÉIA DA ONU

Sinval Palmeira

O caso cubano voltou a ocupar a atenção do mundo, constituindo o centro das discussões na Assembléia Geral da ONU, e melancólico assistir a esse espetáculo de um homem de formação universitária e liberal como Stevenson, porta-voz da política mais reacionária e brutal do Departamento de Estado, política do "big stick", que Teddy Roosevelt impôs às Caraíbas. Ocorre, no entanto, que hoje o mundo é diverso. Há uma nova moral internacional, junto da presença das potências socialistas em particular e especialmente da União Soviética. Os americanos, parece que ainda não compreenderam essa mudança. Não desceram seus fantasmas como Monroe, Cleveland e o primeiro Roosevelt, Hoover, Truman, etc. Continuam na obsessão da rendição incondicional de Cuba e do novo mundo que desponta para a liberdade; sem perceberem que dois cosmonautas soviéticos passaram dias seguidos pelo espaço cósmico, jogam xadrez, e contemplam o pequeno mundo nosso, que é de todos nós, dos cubanos de Fidel Castro, dos revolucionários do Laos, da gente do Vietnã e não apenas dos milionários de Wall Street. Para garantir esse mundo nosso, há um poder construído pelo gênio humano na era do Socialismo: a União Soviética. Pensem nisso os americanos: Cuba não está só. Não pensem desencadear uma guerra mundial na ânsia de restabelecer o domínio dos trustes naquela ilha libertada. Fracassados em Punta del Este, voltam os Estados Unidos a pressionar a América Latina e sobretudo o Brasil no sentido de aceri-lo ao seu plano de destruição de Cuba. Como econômica a mais brutal. Oferta de créditos da "Aliança para o Progresso" para a nossa carência cambial. Ameaça de r e importação de café e cacau. Todas as forças de corrupção e suborno se enlaçam contra o Brasil e seu governo para afastá-lo do apoio a Cuba, mas há um princípio: o princípio da Autodeterminação que está

mesmo nos fundamentos e na essência da Carta das Nações Unidas. O governo brasileiro certamente reagirá com honra. E a hora de nós afirmarmos povo livre e soberano e a hora de merecermos o respeito do mundo, inclusive dos próprios americanos. Cuba não será agredida, como o foi no passado, porque apesar de toda a impáfia dos governantes americanos, eles temem o Poder Soviético. Não se repetirá na América Central o caso Sandino. O mundo é diverso. As proximidades das eleições americanas traz para o caso cubano uma grande exacerbação verbal. Os republicanos, visando ganhar a opinião pública, dirigida pelos trustes através de uma imprensa teleguiada, atacam o presidente Kennedy por suposta vacilação no caso de Cuba. E Kennedy é levado a declarações de um verdadeiro delinquentes quando diz que se reserva o direito de atacar Cuba, quando do interesse dos Estados Unidos. Analisando os fatos com serenidade concluiremos que os Estados Unidos estão fora da lei, da lei internacional que é a Carta de São Francisco Ameaçam de bloqueio naval. Isso é agressão declarada e ato de guerra. E os países que comemoram com Cuba, a comemorar pela União Soviética, respeitarão esse bloqueio? Aceitarão essa estranha teoria americana do "Mare Clausum"? Claro que não. Contra essa agressão americana se levantarão as nações, no exercício dos direitos de comércio, de livre caminho pelos mares, por esse grande e livre "mare nostrum". As provocações contra Cuba ameaçam a paz e sobre elas deve decidir a Assembléia das Nações Unidas, mas de toda forma nossa posição ali ou em qualquer momento deve ser de inflexível manutenção de nossos princípios da Autodeterminação. O exemplo de Frontiz é uma lição de como não proceder em política internacional.

CHANTAGEM AMERICANA COM OS ATRASADOS COMERCIAIS DO BRASIL

Os atrasados comerciais do Brasil no exterior, segundo se afirma, elevam-se a 80 milhões de dólares. O déficit na nossa balança comercial este ano resultou principalmente da queda observada na receita cambial de exportação e só poderá ser eliminado com um aumento substancial dessa receita. Para isto, porém, dada a atual estrutura das exportações brasileiras, é necessário que ocorra um extraordinário incremento nas vendas de café para o exterior. Do contrário, dado que as importações do País são praticamente incompressíveis (combustíveis, matérias-primas industriais, etc.), a perspectiva só pode ser uma: o agravamento do déficit comercial. De acordo com os parcos dados conhecidos, o movimento de cafés para o exterior, no corrente mês de setembro, apesar dos novos e escandalosos favores oficiais concedidos aos exportadores, com a desvalorização do cruzeiro, continua a processar-se a ritmos insatisfatórios. Nos dois primeiros meses do presente ano (julho e agosto), foram exportadas menos de 2,5 milhões de sacas de café, quando, no mesmo período da safra passada tais exportações haviam sido maiores em quase 1 milhão de sacas — com um valor unitário também maior.

CHANTAGEM O problema dos atrasados comerciais do Brasil está

O escândalo dos telefones COTEG SERÁ APENAS SIGLA PARA ENCOBRIR NEGOCIATAS DA COMPANHIA TELEFÔNICA

II artigo de uma série do deputado Hércules Corrêa dos Reis

Uma análise um pouco mais atenta do projeto com o qual o sr. Carlos Lacerda pretende instituir a COTEG revela que ao governador entregaria não move outro propósito além de entregar, de forma aparentemente legal ao truste telefônico que nos explora de longa data, bilhões de cruzeiros arrancados da miséria do povo. Vejamos alguns aspectos da proposta, capazes de desfazer quaisquer dúvidas quanto ao que afirmamos. O capítulo das ações, por exemplo. Como vimos no artigo anterior a COTEG será uma empresa mista, cujos acionistas já são conhecidos: o Estado, com 51 por cento das ações, e a Companhia Telefônica Brasileira (do grupo Light) com os restantes 49 por cento. O projeto é omisso sobre o tipo de ações que serão entregues à CTB. Serão elas ordinárias ou preferenciais? Somente na mensagem, que não tem valor legal, fala-se em que a subsidiária do truste receberá ações ordinárias e sôrdidas à Telemóveis. Concomitantemente a participação na Diretoria e no Conselho Fiscal da COTEG, e mais: assegura-lhe um dividendo fixo de 12 por cento anualmente.

Pelo decreto-lei 5144, de 29-12-42 é estabelecida a taxa de 12 por cento como retribuição do capital recebido, isto é, relativo às inversões que se fizer em função permanente e exclusiva do serviço.

Ora, se, segundo a mensagem, as ações da CTB serão ordinárias, caberá à assembléia da sociedade (a COTEG) decidir sobre a distribuição dos dividendos. Ora, é claro que se depende é que pela mensagem a Telefônica terá direito a ações ordinárias (os 12 por cento) e a poder de voto das ações ordinárias. E isso, no final das contas, vem a ser um tipo novo de ação, feito sob medida para a Companhia Telefônica. Dos dois tipos de ações normalmente usados nas sociedades anônimas, retira-se apenas as vantagens de cada um para formar um tipo híbrido e brindar com ele a Companhia Telefônica Brasileira.

MAQUINA DE COFRUÇAO

A CTB integrará desde o início os seus 49 por cento de ações, passando a fazer parte da COTEG todo o seu corpo técnico, formado de bons técnicos e de bons trabalhadores. Levará também para a COTEG a sua eficiente máquina de corromper, montada e intacta, que não desaparecerá e que vai, certamente, encontrar maior campo para ampliar o seu poder de corrupção administrativa. Enquanto isso, o Estado, que deverá ter 51 por cento das ações, integrará inicialmente apenas cerca de

sendo abertamente relacionado pela imprensa com a posição internacional do governo brasileiro, notadamente na questão cubana. Um jornalista chega mesmo a pôr as coisas nos seguintes termos: se o Brasil votasse contra a intervenção norte-americana em Cuba, na reunião do próximo dia 2, em Washington, teria fechadas as portas nos Estados Unidos para solucionar o problema dos atrasados. Assim, do ponto de vista das relações comerciais com os Estados Unidos, a queda nas exportações de café encontraria a referida explicação, isto é, os norte-americanos não estariam fazendo chantagem com as atuais dificuldades do País.

O ACÓRDO DO CAFÉ

Por outro lado, as esperanças depositadas no Acórdão Internacional do Café não se estão justificando. Prossegue a queda das cotações internacionais do produto, confirmando-se, assim, aquilo que este jornal havia observado anteriormente: a ausência de garantia de preços retinha do Acórdão qualquer segurança concreta contra a deterioração dos preços. A propósito, em seu número de agosto, as "Notas Econômicas", da Assembléia Técnica Parlamentar tem as seguintes considerações: "Foram, finalmente, concluídos, em fins de agosto, os trabalhos da Conferência Internacional do Café, que reuniu na sede da ONU representantes de 58 países produtores e consumidores

do produto. Talvez a maior importância da reunião consista no fato de que foi esta a primeira vez em que se procurou defender um produto primário, cujos interesses primordiais de exportação são de países subdesenvolvidos. Os trabalhos, contudo, não culminaram com a conclusão de um acordo capaz, realmente, de oferecer uma efetiva defesa ao café. A resistência encabezada pelos Estados Unidos (entre os países consumidores) e a omissão do Brasil (principal país produtor) fizeram com que do acordo por fim concluído estivesse ausente qualquer compromisso relativo a preços. Assim, não há no acordo qualquer garantia direta de estabilização dos preços do café. Parece-nos extremamente precário esperar que isto ocorra apenas como consequência da fixação de cotas de exportação para a quase totalidade dos países produtores (disciplinamento da oferta) e de algumas outras medidas subsidiárias.

Também na supressão dos obstáculos erguidos pelos países do Mercado Comum Europeu à ampliação do consumo interno do café foram relativos os progressos alcançados. Há, somente, um vago compromisso da parte daqueles países de encontrar meios de reduzir tais obstáculos, mantendo o Conselho Internacional do Café (criado pelo Acórdão e que terá sede em Londres) informado dos passos que eles venham a adotar nesse sentido."

melo bilhão de cruzeiros, ficando assim em situação extremamente débil na estrutura jurídica e econômica da empresa. O projeto é omisso no sentido de garantir textualmente ao Estado a predominância na direção da sociedade, pelo voto majoritário enquanto não integrá-las os seus 51 por cento de ações, e essa omissão vem a ser um dos seus aspectos mais graves. Além disso, o projeto estabelece que a concessionária, participando da sociedade, terá direito a indicar três diretores e dois membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, mas "esquece-se" de fixar o número de membros que compoem a Diretoria e o Conselho Fiscal. Com toda a sua máquina metida na COTEG, utilizando o poder econômico por todos os meios e modos, com três diretores em uma Diretoria de que se desconhece o número de componentes, decidindo em todas as deliberações técnicas e políticas da companhia, é claro que a CTP, uma empresa do imperialismo, fará da sociedade mista uma fonte de soluções que favoreçam os interesses dos grupos econômicos lanques, nondo os interesses nacionais em segundo plano.

NINHO DE NEGOCIATAS

As coisas no projeto de Lacerda estão arranjadas de maneira a fazer da COTEG um instrumento para grandes negociatas entre a CTB e outras empresas do imperialismo, negociatas às custas do povo, evidentemente. A CTB é ligada às empresas fornecedoras de equipamentos para telecomunicações. No Brasil existem quatro firmas operando nesse setor: a Standard Electric do Brasil, ligada ao grupo da International Telephone and Telegraph Co.; a Erlson do Brasil; a Siemens do Brasil, subsidiária da Siemens Dalse A.G., da Alemanha Ocidental; e a A.T.B., de origem inglesa. É bom re-

cordar que recentemente a Erlson concedeu à CTB um financiamento de um milhão e meio de dólares, o que revela, no mínimo, que se entendem e têm boas relações. Pois bem, é espantoso o sistema que o projeto estabelece para o pagamento do equipamento a ser adquirido pela COTEG. Está dito ali que os pagamentos desse equipamento devem ser efetuados a partir da encomenda do mesmo. Vejam bem, a partir da encomenda, e não da entrega. Enquanto em toda a parte os equipamentos são adquiridos a longo prazo e pagos após a entrega, Lacerda quer que aqui seja diferente. Em decorrência do texto enviado por ele à Assembléia ou que ocorrerá é que será totalmente pago às empresas estrangeiras que controlam o mercado do equipamento de telecomunicações um material que não será entregue. Nenhuma empresa faz pagamento de material encomendado e não recebido. O máximo que se pode admitir é o pagamento à vista, mas, nunca adiantado.

BOMBA DE RETARDO

O projeto prevê a passagem para a COTEG dos bens da Companhia Telefônica. Isso pelo valor que ela lhes atribui, sem uma mínima ação investigadora por parte do Estado para apurar o valor exato desses bens. Mas não é só: o projeto do governador estabelece que o Estado deve receber as dívidas da CTB e por elas se responsabilizar. E que dívidas são essas? Órgãos do governo têm confessado a dificuldade de se penetrar na contabilidade da Telefônica, tal é o labirinto montado para enganar o povo. Quantos "casos" e "interpretações" não advirão de dívidas que a Telefônica contraiu na base de documentos dúbios como ela bem sabe fazer e que serão também reinterpretados pelos verões que ela deixará na COTEG?

Canto de Página Nós, as mulheres Eneida

Ontem falei aqui entre orgulhosa e comovida no belo documento enviado pela Comissão Feminina de Intercâmbio e Amizade desta cidade às mulheres de Cuba. Hoje volto a falar em mulheres porque o assunto é de meu particular agrado. É impossível a qualquer pessoa negar que a mulher brasileira conquistou a duras lutas um lugar nesta sociedade; que passou já, em grande maioria, do período de dóce escrava para o de ser consciente e lutador. Num levantamento estatístico promovido pelo IBGE, constataram que nas faculdades, universidades, escolas superiores deste País há uma elevadíssima percentagem de mulheres. Isso para falar em pequeno-burguesas já que as operárias só têm direito ao estafante trabalho cotidiano, quando encontram trabalho, ao salário baixo, à falta de instrução. E para as burguesas tudo está aberto, das buétes às faculdades. Não vão as que não querem. Mas, mesmo diante desse grande avanço da mulher brasileira na atual sociedade, continua ela a ser vítima até mesmo da desenfreada política. É usada como elemento de persuasão para que os maridos, filhos, etc., tomem posição diferente daquela que eles, pelo raciocínio talvez pudessem tomar. Isso está direito? Naturalmente não. Há por aí neste momento eleitorado um mundo de organizações femininas disto e daquilo contra (ontem vi isso) o materialismo (sic), e sempre com aquela fórmula que pode ter impressionado nossos avós, mas jamais a nós outras vivendo neste século: a defesa da família! Como e por que surgiram essas organizações femininas tão sem pé nem cabeça? Sabemos bem que elas foram organizadas com finalidades as mais reacionárias e que as faixas, cartazes, etc., são "de graça", já que há muito dólar correndo por aí. Como é triste isso! A mulher brasileira acordou, sem dúvida, o que não impede que muitas prefiram servir a causas antibrasileiras, defendendo o quê? suas pessozinhas com perfumes caros e vestidos idem? Suas felicidadeszinhas de tóist? Então para essas não há amor pelo país em que nasceram, pela terra em que vivem e que afinal, devia ser por elas também amada e defendida. É triste ou não é?

Fora de Rumo Paulo Moita Lima

As pessoas cujas visceras estejam devidamente reguladas e em perfeito funcionamento contam hoje com uma diversão mais barata que o cinema com abacaxis a cento e cinquenta cruzeiros. Essa distração está na propaganda do entreguismo, cujos candidatos cortam caminho e evitam por várias maneiras qualquer pronunciamento sobre os problemas fundamentais do Brasil. Essa literatura é divulgada em jornais, mas principalmente na televisão, no rádio ou em alto-falantes. Vejamos este "slogan": "Solução brasileira para a reforma agrária". Muito bem. A reforma agrária brasileira tem que ter soluções não apenas brasileiras, mas até regionais, pois o problema da posse da terra, em nosso País, varia conforme as regiões. O problema da terra varia na Amazônia, no Delta maranhense, no Nordeste, no Sul da Bahia, em Minas, em São Paulo, no Paraná, em Goiás, em Mato Grosso ou no Rio Grande do Sul. Mas o galato que lança o slogan da "solução brasileira para a reforma agrária" não está pensando em solução nenhuma. Está pensando em sabotar a reforma agrária, em pintá-la de vermelho vivo, em fazer diversionismo anticomunista para salvar o "bem bom" do monopólio da terra. As fórmulas vagas, na atual campanha eleitoral, servem aos reacionários. Linguagem diferente é a dos nacionalistas, que analisam as questões e defendem programas. Programas de controle das remessas de lucros, programas como o da reforma agrária radical, sem que se passe a mão pela cabeça dos coronéis latifundiários, muitos dos quais, além de exploradores do trabalho alheio, são criminosos de delito comum. Uma das propagandas mais farfalçadas, na área do entreguismo, é, naturalmente, a do PDC, onde se somam as velhacarias do capitalismo e dos hipocritas que exploram sentimentos religiosos. O PDC é a ala devota a serviço do imperialismo e da exploração do homem pelo homem. Contudo, eles todos não deixam de ser engraçados.

Temas Típicos Pedro Severino

Chico Anísio está ameaçado de perder a incontestável liderança que o seu programa vem tendo na programação humorística da nossa televisão. Chico Anísio está seriamente ameaçado pelos programas de propaganda eleitoral. Inda outro dia, Astrojildo Pereira observou que a média de inteligência e de habilidade de expressão nos atuais candidatos a postos eletivos é sensivelmente inferior à média dos candidatos das campanhas passadas. Em compensação — observaria eu — a média do ridículo das suas apresentações é bastante superior. Pelo caráter de galhofa involuntária de que se revestem as apresentações dos candidatos, verifica-se de modo nítido que estamos vivendo o fim de uma fase da nossa História. Os sobreviventes do período que ora está terminando procuram aliciar eleitores sem apresentar idéias dignas deste nome, sem oferecer um plano coerente de ação política, e muitas vezes sem ao menos articular algumas palavras diante dos microfones postos à sua disposição, como acontece com um cidadão que, nervoso, perdeu a voz, na hora de falar ao respeitável público. Outro dia, passava eu diante de uma destas casas comerciais que colocam aparelhos de televisão ligados nas suas vitrinas, quando fui detido por uma vizinha dengosa e ligeiramente afluada que me chegava aos ouvidos. Era a voz de um candidato a deputado estadual que se exibia na TV. Estive parado durante uns dois ou três minutos, a ouvi-lo e vê-lo. E era um espetáculo de ouvir-se e ver-se! Um rapazinho estranho, o candidato. Um pouquinho gago. Insistiu muito no fato de ser o mais jovem dos concorrentes à Câmara Estadual nas presentes eleições e fez uma solene advertência à população da cidade, no sentido de cuidar-se de uma horrenda revolução comunista que já estava a caminho e não tardaria a chegar. Os comunistas, explicou, "proporocaram doudourar a pipiluta da revolução, mas a revolução é uma coisa papavorosa!" Por fim, falou: "Quando a revolução chegar eu e os meus amigos vamos sair à rua papara lutar contra ela!" E eu fiquei imaginando aquele jovem e os seus amigos saindo à rua, dispostos a lutar contra uma revolução sangrenta, hedionda; as fisionomias delicadas chetas de terror e heroísmo, o nóce-candidato na frente, gritando: "Quem fofor brabrisleiro, slsiga-me!" O povo era capaz de pensar que o carnaval tinha chegado mais cedo este ano. E que o bloco do teatro João Caetano já tinha começado a desfilar.

SP: Candidatos Populares Deputado Federal Geraldo Rodrigues dos Santos (PTB) — 499 Deputados Estaduais Oswaldo Lourenço (PTB) — 2293 Luciano Lepera (PTB) — 2289 Mário Schenberg (PTB) — 2292 Luis Tenório de Lima (PTB) — 2291

PPS a seus leitores Assinantes e agentes. Premia a melhor crescente elevação dos preços dos materiais, utilidades, serviços gráficos, etc., que torna insubsistente seu atual orçamento de despesas, a direção da editora de PPS se vê na contingência de ter que aumentar os preços do exemplar para Cr\$ 80,00 e para Cr\$ 450,00 e Cr\$ 750,00, respectivamente, das assinaturas semestrais e anuais, a partir do próximo n.º 8/62.

Estes São os Candidatos Apoiados Pelos Comunistas no Estado do Rio

Para Governador TENÓRIO CAVALCANTI —
Para Vice-Governador JOÃO BATISTA DA COSTA —
Para Senadores YASCONCELOS TORRES —
 AARÃO STEINBRUCH —

Para Deputado Federal

Demisthoelides Baptista — Ferroviário (em Niterói 504)

Adão Pereira Nunes — Médico (em Niterói 501)

Para Deputado Estadual

Afonso Celso N. Monteiro — Advogado (em Niterói 1.002)

Aristóteles Miranda de Mello — Ferroviário (em Niterói 2.008)

Elzio Ramalho — Func. público (em Niterói 2.011)

Francisco Alves da Costa — Estivador (em Niterói 1.015)

Antônio José da Silva (Zé Nabo) — Ferroviário

Para Vereadores

EM NITERÓI:

José Maria Cavalcante — Marítimo (2.613)

Irene Wanderley — Jornalista (2.610)

EM SÃO GONÇALO:

Nilo Canela — Metalúrgico

Dr. José Eugênio da Costa — Médico

Horst José Bezerra — Operário naval

Lourival Pinto Garcia — Rodoviário

Pedro Cabral Machado — Operário

José Batista da Costa — Marítimo

CAXIAS:

Crassine de Almeida — Rodoviário

Jarbas Amorim — Metalúrgico

Manoel Escobar — Líder camponês

EM NOVA IGUAÇU:

Luiz Gonzaga de Macedo — Operário

Ismael Ramos — Comerciante

Nilo Dias Teixeira — Metalúrgico

EM CAMPOS:

Jacyr Barbeto — Ferroviário

Delson Gomes de Azevedo — Rodoviário

EM VOLTA REDONDA:

Feliciano Eugênio Neto — Metalúrgico

EM M. DE VALENÇA:

Gervásio Gomes de Azevedo — Ferroviário

EM ANGRA DOS REIS:

Luiz Lobato Vieira — Dirigente sindical

José da Silva Gambarro — Dirigente sindical

EM NILÓPOLIS:

Antônio Lopes Gonçalves — Dirigente sindical

EM BARRA MANSA:

Valdemar Argolo — Comerciante

Oswaldo Carminatti — Líder sindical

EM ITAGUAÍ:

Francelino Ferreira França — Servidor público

EM FRIBURGO:

Francisco de Assis Bravo — Dirigente sindical

EM PETRÓPOLIS:

Francisco Guimarães Ximenes — Dirigente sindical

Rubens Xavier — Pequeno industrial

Saturnino da Silva — Ferroviário

Saul Quadros — Comerciante

Alencar Thomaz Gonçalves — Dirigente Sindical

EM C. MACAÇU:

Anézio Dias de Freitas — Lavrador

EM MERITI:

Adherbal Custódio de Mello — Operário

EM BARRA DO PIRAJÍ:

José Rodrigues — Marceneiro

João Assis de Jesus — Ferroviário

Acamastor Soares — Ferroviário

Laol D'Aulizio Zazá — Pintor

Geraldo A. Nascimento — Pedreiro

José Espindola da Silva Filho — Lavrador

Leovegildo Régis da Silva Filho — Pintor

Odilon da Silva Oliveira — S. público

Geraldo da Silva — Metalúrgico

EM REZENDE:

José Hugo Milan — Dirigente sindical

EM RIO BONITO:

José Lima da Silva — Operário

João Barbosa dos Santos — Lavrador

Everaldo Viana de Abreu — Operário

Mário Campos Dias — Lavrador

EM MAGÉ:

Darcy Câmara — Dirigente sindical

Astério dos Santos — Dirigente sindical

Dr. Irun Santana — Médico

Manoel Ferreira Lima — Líder camponês

José Dutra — Portuário

Francisco Batista Lopes — Operário

Hilda Pereira Cândido — Tecelã

EM MACAÉ:

Walter Quaresma — Ferroviário

Alberto Ramires — Ferroviário

Waldir Curvelo — Líder sindical

EM SÃO JOÃO DA BARRA:

Jorge Batista Meireles — Operário

EM CASIMIRO DE ABREU:

Custódio Gomes da Silveira — Lavrador

Waldemar Josué de Miranda — Lavrador

EM ITAPERUNA:

Francisco Arrabal — Comerciante

EM MIGUEL PEREIRA:

José Goda — Ferroviário

EM TERESÓPOLIS:

José Maria — Operário

EM VASSOURAS:

Sebastião Mendes — Operário

EM CABO FRIO:

Aldir José de Souza (Didio) — Dirigente sindical

Altamiro Inácio de Oliveira — Dirigente sindical

Francisco Ribeiro de Almeida — Arrumador

Aspino da Cunha Mendes — Arrumador

Derly Corrêa — Comerciante

Deoclácio Avelino da Silva — Lavrador

Alberto da Cunha Andrade — Alfaite

José Rodrigues de Souza — Operário

Jairo Layola — Dirigente sindical

Luiz Alves de Carvalho — Marítimo

Venâncio Teixeira de Mello — Estivador

Walter Trindade — Dirigente sindical



DEMISTHOCLIDES BAPTISTA
 Líder ferroviário da E. F. Leopoldina
 Candidato a Deputado Federal



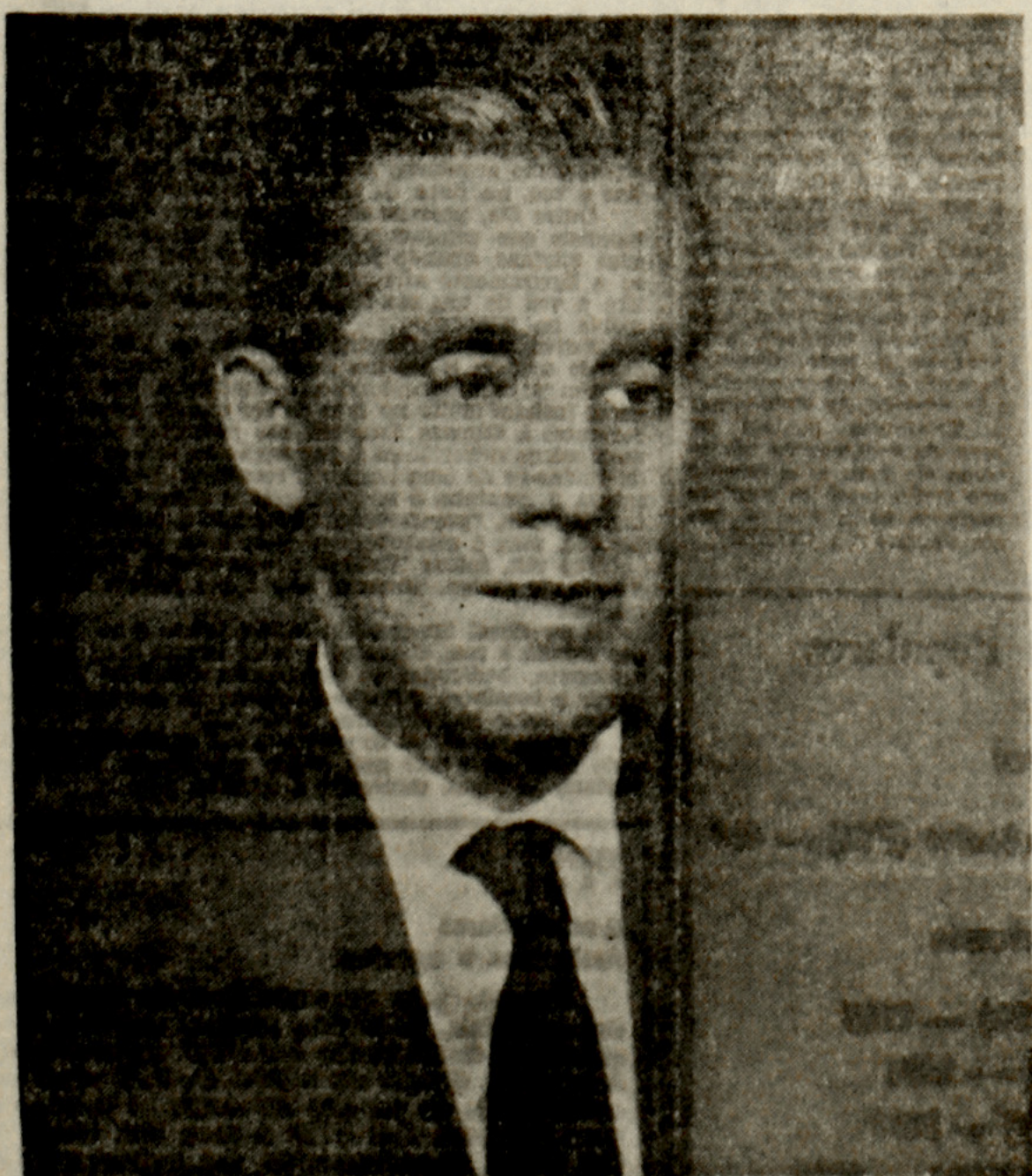
ARISTÓTELES MIRANDA DE MELO
 Líder ferroviário da E. F. Leopoldina
 Candidato a Deputado Estadual



ELZIO RAMALHO
 Líder do funcionalismo público
 Candidato a Deputado Estadual



AFONSO CELSO N. MONTEIRO
 Advogado trabalhista
 Candidato a Deputado Estadual



**Adão
 Pereira
 Nunes**
MÉDICO
 Candidato a
 Deputado Federal



**Francisco
 Alves
 da Costa**
 (ZIZINHO)
LIDER ESTIVADOR
 Candidato a
 Deputado Estadual

Govêrno Dos EUA Faz Comércio Com Terror Atômico: Histeria

Angel Boan
Especial de Prensa Latina

Em meados de 1961 a companhia norte-americana Shelters for Living, Inc. inaugurou no salão de espera da Estação Central Ferroviária de Nova York a exposição de um modelo de refúgios contra a precipitação radiativa que, segundo foi anunciado, seriam vendidos ao público a partir da "módica soma de 695 dólares e com facilidades de pagamento".

O ato teve grande publicidade e a ele compareceram, além dos funcionários da empresa construtora, o diretor do Escritório de Mobilização para a Defesa Civil da cidade, general Robert E. Condon, e o doutor Frank Caprio, "psiquiatra consultor do desenho", o qual declarou que o refúgio fora fabricado de modo que os adultos possam isolar-se das crianças, a fim de que estas não se vejam expostas a influências prejudiciais em seu desenvolvimento "sexual".

Além de divulgarem a notícia, os jornais novalorquinos — que desde um ano antes vinham publicando artigos, informações, reportagens e comentários sobre "os perigos das radiações atômicas" — inseriram em suas páginas anúncios berrantes do "Dime Savings Bank", de Broncky, em que se oferecia "dinheiro imediato para a construção de refúgios antiatômicos, mediante um plano familiar de suaves prestações mensais".

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos declarou então que para fins de 1963 estariam construídos "mais de 800.000 refúgios contra bombardeios nucleares" em todo o país.

Washington, por sua vez, anunciou que o Congresso havia aprovado um crédito "inicial" de 200 milhões de dólares "para pôr em execução os estudos preliminares do projeto".

INDUSTRIALIZAÇÃO

A pouco e pouco ia-se perfilando a monstruosa manobra. Oscar Pracher, colunista do tabloide "Daily Mirror", da enferrujada cadeia Hearst, anunciou que várias empresas construtoras de residências estavam oferecendo moradias "com refúgios antiatômicos" aos inquilinos.

Segundo Pracher, o preço total de cada casa e seu refúgio era de 14.690 dólares. "Importância que não é alta se levamos em conta que cada refúgio está equipado com toda classe de comodidades: desde um rádio de baterias até os mais divertidos jogos de mesa, sem esquecer, está claro, a correspondente provisão de goma de mascar que tanto ajuda à digestão e o sistema nervoso".

Alguns leitores escreveram ao jornal para perguntar se era lícito que as pessoas que não dispunham de refúgio próprio, em virtude de habitar em apartamentos, recorressem ao de algum vizinho no caso de um eventual ataque atômico.

PREGANDO A VIOLÊNCIA

Temerosos de que a idéia de dividir o refúgio entre várias famílias tomasse corpo na população e prejudicasse a procura, as grandes companhias construtoras realizaram uma campanha-relâmpago destinada a demonstrar, entre outras coisas, os perigos que poderiam advir do fato de "mais de uma família alugar-se em cada refúgio".

Essa campanha atingiu seu ponto culminante quando o padre L. C. McHugh, pertencente à Companhia de Jesus e diretor da revista católica "América" declarou publicamente que "os vizinhos que tentem irromper no refúgio de uma família, no momento de um ataque atômico, devem ser considerados agressores e reprimidos pela violência se for necessário".

Poucos dias depois a revista "Times" publicou uma entrevista com o milionário Rundbaken, residente em Fire Island, Nova York, na qual este afirmava o seguinte: "Assim que meu refúgio estiver pronto, colocarei uma metralhadora na porta para que os vizinhos não se metam quando começarem a cair as bombas".

Outro entrevistado pela referida revista, um David de Tal, da cidade de Austin, Estado de Texas, declarou: "Enfimo preparadas várias pistolas calibre 38 para distribuí-las entre meus familiares na hora do ataque atômico, para que nesse refúgio não se encha de vizinhos".

ACESSÓRIOS

No dia 14 de novembro de 1961, o "New York Times" publicou na página 20, seção "C", de sua edição correspondente a esse dia, um anúncio em que se recomendava ao público a aquisição de um "dosímetro" — maravilhoso instrumento de medir radiação: simples e ao alcance da bolsa de qualquer família.

Vejam algumas frases utilizadas na redação do referido aviso comercial: "Tenha sempre com você um dosímetro... Você precisará dele". "Faça com que sua esposa tenha um". "Após um ataque atômico o dosímetro indicará a você a quantidade de radiação que há na atmosfera". "Faça do dosímetro seu melhor amigo". "Não esqueça: o dosímetro é parte fundamental do programa para sobreviver".

HISTERIA OFICIALIZADA

Quatro ou cinco semanas antes de surgir este anúncio, e outros muitos nesse estilo, o Departamento de Defesa norte-americano contribuiu para o recrudescimento da histeria bélica, fazendo executar a operação "Escudo Celeste Número 2".

Durante 12 horas — entre 11 da manhã e 11 da noite — foram suspensos totalmente todos os vôos comerciais e particulares sobre os territórios do Canadá e dos Estados Unidos. Mais de 250 superbombardeiros atômicos e aviões pertencentes ao Comando Aéreo Estratégico, procedentes da Europa e de regiões asiáticas, via Arctico, efetuaram um ataque simulado contra os Estados Unidos. Mais de 2.000 caças realizaram incursões sobre supostos bombardeiros atacantes.

Após o término do simulacro, o comando da defesa aérea norte-americana anunciou que "a oficialidade encarregada de presenciar os exercícios, ficou satisfeita com os resultados".

Mais ainda: o Departamento do Comércio informou terem sido "armazenadas grandes quantidades de trigo em quase 200 cidades dos Estados Unidos, com o objetivo de garantir que o referido cereal não faltasse — durante os quatro meses seguintes a um ataque com armas nucleares".

ESCÂNDALO

Por detrás dessa complicada teia de refúgios, simu-

lados, créditos e mobilizações, surgiu a mão cabeluda e voraz do capitalismo.

A medida que se desenvolvia a campanha destinada a promover o histerismo bélico foi vindo à tona o fundo turvo do escandaloso negócio.

Soubese, por exemplo, que Nelson Rockefeller, multimilionário governador do Estado de Nova York, era vice-presidente da companhia Lencer Industries, Inc. construtora de refúgios antiatômicos.

O sorridente politiquero não estava só no jogo, é claro. Joseph Carino, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Nova York, foi nomeado por Rockefeller diretor da Lencer Industries, Inc.

O próximo passo foi verdadeiramente audacioso: Rockefeller e Carino pressionaram a Assembléia Legislativa para que esta aprovasse um crédito de 100 milhões de dólares destinado à construção de refúgios antiatômicos "nas escolas e edifícios públicos".

O "Journal American" denunciou o escândalo e assinou que na relação de propinas a serem distribuídas figuravam também o tenente-general Clarence Huebner, ex-diretor do Escritório de Defesa Civil do Estado de Nova York, e amigo íntimo de Rockefeller, John R. Steelman, ex-ajudante do presidente Truman, e George N. Graig, ex-governador do Estado de Indiana.

ALTO NEGÓCIO

O exemplo novalorquino contaminou todo o país, e nas principais cidades dos Estados Unidos — Washington, Boston, Chicago, São Francisco, Denver, Los Angeles — apareceram dezenas de firmas construtoras de refúgios antiatômicos, com agentes vendedores que iam de casa em casa oferecendo exhibições de filmes sobre explosões atômicas e suas consequências, com o fito de aterrorizar as famílias e levá-las a comprar o refúgio.

Foi então que o "Wall Street Journal", porta-voz das grandes corporações lanques, publicou uma informação na qual assegurava que a construção de refúgios antiatômicos estava-se convertendo numa das principais indústrias do país. "Calcula-se — dizia — que para fins de 1963 os donos das empresas dedicadas a esse ramo de negócio, terão obtido um lucro líquido de 200 bilhões de dólares".

O escândalo cresceu quando o diretor do Escritório de Mobilização para a Defesa Civil de Nova York, Robert E. Condon, declarou que se uma bomba de 50 megatons caísse sobre a cidade, "o sistema atual de refúgios não serviria de nada".

No dia seguinte, o governador Rockefeller nomeou Benjamin Oliver — vice-presidente da "New York Telephone Company" — para chefe de um comitê especial encarregado de formular planos "para a reconstrução do Estado, depois de um ataque atômico".

BANDOS ASSASSINOS

Pode-se avaliar a envergadura da preparação dos "rangers" mesmo que somente pelos seguintes dados: A primeira escola de terruistas militares norte-americanos foi aberta no polígono de 82,8 acres, de propriedade do Exército, para a qual se destinou o Estado da Carolina do Norte. Ali, numa superfície de 500 km, os "rangers" aprendem a estrangular o inimigo com auxílio apenas das mãos, a eliminá-lo com flechas envenenadas (silenciosamente), a orientar-se nos bosques, na selva e no deserto, a encontrar meios naturais de sustento, a usar-se com fósforos, sem balsa, etc.

de Mobilização para a Defesa Civil de Nova York, Robert E. Condon, declarou que se uma bomba de 50 megatons caísse sobre a cidade, "o sistema atual de refúgios não serviria de nada".

No dia seguinte, o governador Rockefeller nomeou Benjamin Oliver — vice-presidente da "New York Telephone Company" — para chefe de um comitê especial encarregado de formular planos "para a reconstrução do Estado, depois de um ataque atômico".

A questão atingiu seu clímax quando mais de 300 firmas manufactureras de aço, alumínio, cimento, concreto, tubulações, material elétrico, etc. triplicaram sua produção para atender os pedidos das companhias construtoras de refúgios antiatômicos.

Para lançar mais lenha na fogueira, o magnata norte-americano Edward Rickenbaker — caso típico de troglodita capitalista — declarou num banquete do Rotary Club de Siracusa, que "unicamente o efetivo e oportuno uso das armas nucleares nos oferecerem oportunidade de triunfo sobre a chamada filosofia comunista".

No dia 29 de novembro o jornal "Iowa City Press-Citizen" publicou uma carta do famoso cientista norte-americano James Van Allen, Prêmio Nobel de Física, na qual assegurava o seguinte: "Não é verdade, como disse o governo, que 90 por cento da população norte-americana sobreviverá a uma guerra atômica se lhe for proporcionada a devida proteção em refúgios adequados".

"Essa forma de propaganda, que oferece um falso senso de segurança a população — disse Van Allen — favorece a atividade dos círculos belicistas norte-americanos, que especulam com medo coletivo".

FOMENTADOR

O formidável escândalo dos refúgios antiatômicos fez-se crítico quando o presidente Kennedy — um dos mais caracterizados animadores da histeria belicista — se viu obrigado a anunciar um programa de refúgios "financiados pelo governo federal".

Se o sistema de refúgios familiares fracassara rudosamente porque favorecia os ricos em relação aos pobres, ou ao habitante de uma casa em relação ao de um apartamento, o plano "estatal" anunciado por Ken-

nedy estava destinado a corrigir a máfia sorte. Todo o mundo está de acordo em que a histeria belicista foi, nesse caso, fomentada deliberadamente pela administração a fim de facilitar sua política armamentista e de agressão.

PLANO SINISTRO

A idéia dos refúgios antiatômicos individuais; os "planos familiares" para financiá-los; as contínuas e dramáticas referências da imprensa ao "perigo da radiação"; os espetaculares simulacros de "como comportar-se no caso de um ataque atômico", que são efetuados periodicamente nas grandes cidades dos Estados Unidos, organizados pelo Escritório de Mobilização para a Defesa Civil, os vultosos créditos aprovados pelo Congresso norte-americano para financiar os planos de guerra do Pentágono, e outras muitas patraíñas e embustes deste tipo, não são mais que partes componentes de um sinistro plano, perfeitamente delineado e cuidadosamente desenvolvido pelos monopólios imperialistas dos Estados Unidos, encaminhado no sentido de obter dois objetivos fundamentais:

1 — Criar na população civil norte-americana um estado de terror que justifique a venda de refúgios, a elevação dos impostos, ou a adoção de medidas repressivas de caráter político, como a "lei Maccarran" que visa o Partido Comunista e os setores mais progressistas do país.

2 — Preparar a opinião pública dos Estados Unidos para intensificar a política de agressão internacional que o imperialismo desenvolve no sudoeste da Ásia, no norte da África, no ocidente da Europa, e em muitas outras regiões, com a finalidade de manter vigente a velha tese "fosterdellista" do "equilíbrio à beira do abismo".

É fácil deduzir que o imperialismo se vale de toda essa situação, criada artificialmente, para prosseguir na militarização da indústria norte-americana, salvando-a momentaneamente de uma crise e inclusive fabricar, paulatinamente, os pretextos e explicações com os quais se possa "justificar" uma agressão em grande escala contra a União Soviética, China e os demais países socialistas, que seria, por outro lado, catastrófica para os Estados Unidos e seus aliados da OTAN.

INDÚSTRIA DA HISTERIA

O anúncio acima foi publicado nas páginas do "New York Times". Fazia publicidade de um pequeno instrumento de uso pessoal para medir a precipitação radiativa após um ataque atômico. Com a cobertura e

o incentivo do governo dos Estados Unidos, a indústria da histeria atômica tornou-se um dos grandes negócios para as companhias norte-americanas.

«Operário, proletário e trabalhador são a mesma coisa?»

(PERGUNTA DO LEITOR J. GALVAO, DE FORTALEZA, CEARA)

Proletário e operário têm hoje o mesmo significado. A palavra trabalhador tem aceção mais ampla.

Os trabalhadores formam a massa da população, em todas as sociedades, pois o trabalho é o criador do homem e marca sua trajetória e sua existência através das épocas. Já o operário, o proletário, tem um lugar particular no conjunto das massas trabalhadoras: está ligado a mais avançada forma de produção — a grande indústria; e pertence a uma classe de características bem definidas que surge e cresce com a sociedade capitalista moderna.

Essa definição de Engels conserva, em essência, seu valor. Mas necessita ser atualizada. Ela nos dá as raízes do proletariado moderno: o campesinato trabalhador e o artesanal. Mostra-nos o processo de absorção com que o desenvolvimento capitalista desliga o proletariado de suas raízes — e com elas, de toda propriedade artesanal ou rural. Ajuda-nos a compreender a continuidade e o agravamento da proletarianização das classes médias e dos setores intermediários. Define, enfim, as características comuns que aproximam o operário, o proletário, do trabalhador em geral, na qualidade de assalariados, face aos meios de produção e ao sistema social vigente entre nós.

O capitalismo é, porém, um regime econômico que tem na extorsão da mais-valia sua lei fundamental. O proletariado é uma das classes fundamentais desse regime. Para defini-lo, é necessário tomar como centro a esfera da produção material, cujo objetivo é a mais-valia. Para distinguí-lo dos demais trabalhadores, é indispensável ter em conta as relações existentes entre o processo produtivo e o domínio crescente

destino de seu testa-de-ferro Ngo Dinh Diem. O presidente dos Estados Unidos ordenou a Rosson formar a toque de caixa uma unidade especial de "rangers", cujos efetivos somaram 4.500 homens.

Os "rangers", apoiados por grandes forças do exército do Vietnã do Sul, começaram a dar batidas nos bosques guerrilheiros situados 50 km ao norte de Saigã. Os repressores levaram muitos alemães especialmente adestrados para a luta anti-guerrilha.

Aviões norte-americanos lançavam produtos químicos que faziam cair as folhas das árvores. As aldeias eram incendiadas imediatamente e seus habitantes, sob ameaça das armas, transportados para outras zonas.

A "Operação Amanhecer" causou numerosas vítimas entre a população. E apesar de contra os guerrilheiros, desoladamente armados, terem sido lançadas grandes forças e de Ngo Dinh Diem, estas não conseguiram quebrar a resistência dos patriotas sul-vietnamitas.

dos serviços, do aparelho de Estado e de todos os que vivem de salários. O problema está, pois, em definir em que medida e dentro de que limites a classe operária moderna abrange essa massa de assalariados, ocupados no trabalho físico e intelectual.

A revista "Problemas da Paz e do Socialismo" abriu esse debate, há dois anos. Seus números 5, 9 e 12 (1960) e 4, 5, 6 e de 1961 expõem o resultado desse intercâmbio de opiniões. A maioria delas toma por base a ampla definição de Engels. Outras situam as fronteiras da classe operária na empresa industrial, como criadora direta de mais-valia.

Creio que a interpretação mais justa é a da redação da Revista. Leva em conta os fatores atuais de aumento do número de trabalhadores na esfera imprudutiva: o capitalismo monopolista de Estado, o crescente parasitismo capitalista, a moderna produção mecanizada e automatizada. E define a classe operária à base do trabalho assalariado que visa criar ou captar mais-valia para o capitalista. Reconhece no proletariado fabril o esqueleto da classe operária, seu setor central e mais poderoso. Mas encara o processo produtivo de modo mais amplo. A classe operária inclui, assim, os que produzem mais-valia diretamente — como massa material de mercadorias — e indiretamente, através da criação, em seu campo econômico de atividade, das condições necessárias à redistribuição da mais-valia estorquida em outros setores. Com isso, incluem-se na classe operária os trabalhadores de transporte e embalagem, do comércio em geral, da publicidade, dos estabelecimentos de crédito, os técnicos, engenheiros e cientistas ligados à produção.

A definição dos limites econômicos e sociais da classe operária é, como se vê, um problema complexo. Mas está longe de ser um simples tema acadêmico. Ela é necessária para o combate às falsas concepções burguesas das "classes médias" e da "mobilidade social"; para compreender a classe operária como uma classe avançada e, também, como uma classe em constante desenvolvimento. Ela é necessária, também, para ter-se uma noção mais exata da amplitude da base social do movimento operário — e, com ela, do papel e do campo de ação dos comunistas, como dirigentes políticos da classe operária em seu conjunto.

JUNTO A RDA

Na foto acima vêem-se "rangers" recebendo instrução num bosque em Bad Toelz, que não fica distante das fronteiras da República Democrática Alemã. As fotos que ilustram a matéria são da revista "Der

Spiegel", da República Federal Alemã, e mostram os bandidos comandados pelo general William Rosson em sua atividade terrorista e criminosa.

Pentágono Fabrica Assassinos Para Reprimir as Lutas de Libertação

D. Beneslavski

O tema dos exercícios seguintes é a luta em terrenos pantanosos — anunciou o oficial — "Sentem-se".

E os soldados, chapinhandos, sentaram-se no local. O oficial que os instrua estava diante deles, metido no lodo que lhe chegava quase à cintura. A instrução das "tropas especiais" dos Estados Unidos da América nas imediações do Forte Bragg continuava.

Há pouco tempo, relativamente, esse general insouciant e sombrio, de orelhas eretas e lábios finos, apareceu nos compridos corredores do Pentágono, mas os veteranos perceberam imediatamente que uma figura influente havia surgido no cenário pentagonal do departamento militar.

Com a ascensão ao poder do governo Kennedy, o papel dos destacamentos especiais do exército norte-americano, os chamados "rangers", e o de seu chefe, o general de brigada de 43 anos William Rosson, cresceram de modo inusitado. Ultimamente os estrategistas norte-americanos vêm dedicando um lugar cada vez maior em seus planos de conquista à preparação de "mestres da morte silenciosa": agentes para a prática de atos de sabotagem e de terrorismo na retaguarda inimiga.

TROPAS SEM NOME

Os "rangers", segundo a imprensa ocidental, são um "exército sem fisionomia, tropas sem nome". E expressamente proibido fotografá-los e pertencem às unidades mais privilegiadas do exército norte-americano. Os "rangers" usam boina

verde com um distintivo metálico em forma de efígie estilizada do cavalo de Tróia.

Sua tarefa principal é atacar pelas costas a vítima da agressão. Os imperialistas sabem muito bem que os povos a que ameaçam formarão uma muralha no caminho dos hóspedes indesejáveis.

Precursoras dos atuais "rangers" foram as tristemente famosas "unidades brazenburgesas" do Wehrmacht hitlerista. A pansa ou com o uniforme de diversos exércitos (evento o alemão), os "brazenburgeses" preparavam o terreno imediatamente antes de que as divisões fascistas iniciassem o ataque; desorientavam a população, procuravam criar pânico. Para a mesma coisa se prepararam os dinamitadores do general Rosson.

BANDOS ASSASSINOS

Pode-se avaliar a envergadura da preparação dos "rangers" mesmo que somente pelos seguintes dados: A primeira escola de terruistas militares norte-americanos foi aberta no polígono de 82,8 acres, de propriedade do Exército, para a qual se destinou o Estado da Carolina do Norte. Ali, numa superfície de 500 km, os "rangers" aprendem a estrangular o inimigo com auxílio apenas das mãos, a eliminá-lo com flechas envenenadas (silenciosamente), a orientar-se nos bosques, na selva e no deserto, a encontrar meios naturais de sustento, a usar-se com fósforos, sem balsa, etc.

Os "boinas verdes" têm atualmente suas bases em três pontos principais: o 77.º grupo está acantonado em Forte Bragg; o 10.º em Bad Toelz (Alemanha Ocidental); e o 1.º na ilha de Okinawa (Japão).

Cada um desses grupos tem sua "esfera de atividade": a América Latina, os países socialistas da Europa, China e outros países asiáticos.

O Pentágono procura utilizar nos "unidades especiais" toda a escuridão da sociedade: delinquentes comuns, delinqüentes dos países socialistas e elementos semelhantes.

As próprias autoridades de imigração sempre tão meticulosas, mostram a maior condescendência com os que querem alistarse nas "unidades especiais": basta assinar o compromisso de nelas servir durante cinco anos para entrar na posse de um passaporte de cidadão dos Estados Unidos.

O negócio dos sabotadores e terroristas avança. Na época de Eisenhower havia cerca de 1.800 "rangers" nas unidades especiais dos Estados Unidos nos primeiros meses da presidência de Kennedy seu número elevou-se para 5.000 e para fins do próximo ano calcula-se que cheguem a 10.000.

AÇÃO COVARDE

Os assaetados de Rosson participaram pela primeira vez de uma grande ação militar punitiva, a denominada "Operação Amanhecer", no Vietnã do Sul.

O movimento de guerrilheiros tomava tão grande envergadura no país, que Washington começava a sentir séria inquietação pelo

Polícia Brasileira Comandada Pelo FBI: Assinado Acôrdo em S. Paulo Com Ianques

O governo de São Paulo concretizou, em âmbito estadual, o ajuste celebrado em 28 de junho de 1960 prevendo o contróle da polícia dos principais Estados brasileiros pelo FBI.

O Diário Oficial de S. Paulo de 19 de setembro publica o texto assinado dois dias antes no Palácio do governo entre a Administração de Cooperação Internacional do governo dos Estados Unidos, o governador do Estado, o secretário de Segurança e o representante do governo brasileiro junto ao Ponto IV.

O texto, como em todos os documentos dessa natureza, é vago em alguns pontos,

sem especificar exatamente qual a "colaboração" dos policiais norte-americanos, num evidente esforço de ocultar os verdadeiros objetivos do ajuste, embora, logo no preâmbulo, confesse que o acôrdo visa dotar a polícia de pessoal e equipamento capaz de reprimir a marcha das modificações sociais que vêm ocorrendo no Brasil.

Fortalecer a organização do DFSP e das organizações policiais dos Estados cooperantes para a manutenção da lei e da ordem pública e para proporcionar medidas mais eficientes para a segurança nacional" é o primeiro item do capítulo

"objetivos" do ajuste. Isto seria conseguido mediante a atividade de inúmeros policiais norte-americanos em nosso país, o adestramento de policiais brasileiros nos Estados Unidos e em escolas a serem criadas no Brasil, e o fornecimento de armas e aparelhamentos especiais.

FUNCIONAMENTO

NOVOS RUMOS, em sua edição n.º 165 (abril deste ano), denunciou a aplicação do mesmo ajuste em Minas Gerais, onde há vários meses a polícia já está nas mãos do FBI.

O que está se passando em Minas dá uma idéia con-

creta do ajuste, seus objetivos. Os americanos, em troca de informações da polícia mineira, principalmente informações políticas, forneceram inúmeros fuzis "true-fitt", de arremesso de granadas, 415 cassetetes lança-gases e vários outros tipos de armas modernas para a repressão de greves e manifestações populares.

Outro aspecto importante do acôrdo é o treinamento de policiais em fábricas para estudar as técnicas utilizadas pelos trabalhadores na preparação e no desencadeamento de seus movimentos reivindicatórios, para melhor reprimi-los



ACHAM POUCO

É assim que agem, sem os conselhos e ajudas dos "tiranos" ianques, os policiais brasileiros. Espantamento covarde, vários homens armados contra um só, sem arma de es-

pécie alguma. Acham pouco. Vão aos Estados Unidos aprender novas técnicas de perseguição e tortura dos patriotas que se manifestarem contra o imperialismo.

Polícia Brasileira Será Dirigida Por um Superchefe Norte-Americano

Com o cumprimento do ajuste, a polícia brasileira passará a ser dirigida por um técnico norte-americano, cujas funções serão as de uma espécie de "superchefe" de polícia, com o contróle de todas as divisões do DFSP nos diversos Estados participantes do acôrdo.

O texto do ajuste, no item 3, elucida bem a questão:

"Um técnico policial será designado (designado pelo diretor da Missão Norte-Americana de Cooperação no Brasil) para o DFSP e um para cada um dos Estados cooperantes para prestar assistência no desenvolvimento e execução do programa. Cada técnico deverá familiarizar-se, o mais cedo possível, com as operações e necessidades da organização para a qual for designado"

— isto é, ficar a par de tudo que existe e se passa dentro da polícia.

Mais adiante, o documento especifica o papel dos brasileiros, simples comandados:

"Técnicos brasileiros serão designados pelo DFSP e pelas polícias estaduais compreendidas neste acôrdo para trabalhar com os técnicos norte-americanos."

No acôrdo assinado em São Paulo essas funções aparecem mais detalhadas, advertindo que o chefe (norte-americano) organizará os planos de trabalho, que incluirão a designação de trabalhos específicos, os planos de financiamento em dólares e em moeda nacional, os recursos, as necessidades de equipamentos, necessidades de treinamento do pessoal de direção e do pessoal em geral.

À missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil compete proceder a estudos e levantamentos da organização e das atividades dos órgãos policiais do Estado, assim como fornecer «bólas de estudos destinadas a elementos da polícia de São Paulo a serem selecionados para treinamento nos Estados Unidos».

As autoridades paulistas designarão técnicos brasileiros, cujas funções serão meramente secundárias, limitando-se a auxiliar o consultor regional e os consultores técnicos norte-americanos em todas as fases do programa de cooperação, inclusive na promoção de contatos com as autoridades policiais, e facilitando-lhes a obtenção de dados, registros e materiais necessários para a consecução deste programa" (o grifo é nosso — NR).

Fornecimento de Armas e Métodos de Repressão

Logo no início da reportagem, já vimos como está funcionando em Minas Gerais o acôrdo, quais são os materiais e equipamentos que o FBI nos fornece, encobertos pelo palavreado jurídico que compõe o texto do documento.

Convém, todavia, destacar alguns trechos do ajuste, que novos interesses se desenvolvem, aparecem outros objetivos que, diplomaticamente, não se confessam.

«Um técnico policial será designado (designado pelo diretor da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil, que deverá fornecer equipamento básico para arquivos e identificação, visando a complementar o já existente, e acelerar a execução do projeto, de âmbito nacional, de coordenação de arquivos». O documento não esclarece, embora cite textualmente «âmbito nacional», se essa coordenação de arquivos visa fornecer fichas às organizações policiais norte-americanas, nos mesmos moldes que estas fornecem às brasileiras cópias de fichas de americanos que a polícia tem interesse em encontrar.

Para reorganizar os arquivos

dos da polícia, de qualquer forma, os policiais ianques terão de conhecê-los, o que vale dizer, conhecer todos os elementos perseguidos, quaisquer que sejam as razões, pela polícia brasileira. Não é difícil adivinhar que os mais visados serão exatamente os patriotas que lideram as lutas do povo brasileiro contra o imperialismo.

Quanto aos métodos de repressão, o envio de policiais brasileiros aos Estados Unidos e a criação de centros de formação de beileguins no Brasil pelos técnicos ianques recebem grande atenção nos acôrdos.

Isso representa que os métodos repressivos serão uma réplica do que se conhece nos Estados Unidos, através do cinema e da literatura policial, ou seja, uma violência inaudita, frente à qual os espancamentos e maltratos em geral da polícia brasileira parecem carinhos,

Assim, além das armas específicas para reprimir movimentos populares, já referidas quando se falou de Minas, e que são citadas no acôrdo nos seguintes termos: «Equipamento básico de demonstração, treinamento e operação, conforme necessário, para o desenvolvimento de projetos de cooperação para o aperfeiçoamento policial, devidamente aprovados pelo chefe (norte-americano) e pelo secretá-



VIOLÊNCIA

Como verdadeiras feras, estes policiais da foto espancaram covardemente o popular, já que está com a camisa completamente rasgada, e muitos outros. O fato

ocorreu durante a crise ocasionada pela renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Sob a direção de norte-americanos, é fácil prever como aumentará a violência no país.

OS HOMENS QUE ASSINARAM O ACÔRDO VERGONHOSO

Os primeiros passos para a conclusão do vergonhoso acôrdo agora firmado pelo governo do Estado de São Paulo vêm de longe, tendo sua origem no acôrdo sobre serviços técnicos especiais entre o governo do Brasil e o dos Estados Unidos em 30 de maio de 1953.

As tentativas de concretizar um ajuste dessa natureza, entregando a polícia brasileira ao FBI, vieram rolando durante alguns anos, sem que houvesse uma oportunidade de concluí-lo.

Em 1958, durante o período presidencial de Juscelino Kubitschek, quando o ministro da Justiça era Armando Falcão, bastante conhecido do povo brasileiro por suas tendências fascistas, o assunto foi exumado, havendo o Departamento Federal de Segurança Pública, com sede então no Rio de Janeiro, encaminhado ao governo americano um pedido de estudo para concertar o acôrdo.

Os estudos se prolongaram até junho de 1959, quando foi assinado um acôrdo preliminar prevendo a modernização do aparelho policial e o estudo intensivo de policiais brasileiros nos Estados Unidos.

Esse primeiro acôrdo abriu o caminho, e já em setembro e outubro de 1959 havia um policial norte-americano infiltrado na organização do DFSP, estudando seu funcionamento, assim como da polícia de vários Estados.

Mesmo assim, em virtude do ascenso democrático verificado no país, continuou difícil a conclusão do ajuste, com o ministro Armando Falcão sofrendo grande campanha dos setores populares, que desejavam vê-lo afastado do ministério da Justiça.

governo Kubitschek, aproveitando que as atenções do povo se voltavam para as eleições, foi possível, sorrateiramente, assinar o acôrdo.

Apuseram sua assinatura ao ajuste Armando Falcão, pelo governo federal, Carlos Alberto Carvalho Pinto, governador de São Paulo, José Francisco Bias Fortes, governador de Minas Gerais, Cid Sampaio, governador de Pernambuco, José Sette Câmara, governador provisório da Guanabara, João Guilherme de Aragão, representante do governo brasileiro junto ao Ponto IV, e Howard R. Cottam, diretor da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil (Minister-Director U. S. Operations Mission to Brazil — USOM).

Agora, dois anos depois, foi promulgada em São Paulo a lei n.º 7.014, de 17 de setembro de 1962.

Novamente aproveitando uma situação irregular — eleitoral — foi assinado o acôrdo em âmbito estadual. Licenciado do governo para fazer a campanha eleitoral de seu protegido José Bonifácio Coutinho Nogueira, Carvalho Pinto deixou a incumbência de firmar o documento a seu substituto, Joaquim de Syles Cintra, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Além de Joaquim de Syles Cintra, aparecem os nomes de Justino Maria Pinheiro, Virgílio Lopes da Silva, secretário de Segurança Pública, Floravante Zampol, João Guilherme de Aragão, representante do governo brasileiro junto ao Ponto IV, e o diretor da USOM.

O povo brasileiro tem boa memória e se lembrará dos homens responsáveis pelo recrudescimento das perseguições que sofrerá.

Despesas Serão Pagas Pelo Povo Brasileiro

O capítulo do pagamento das despesas decorrentes do ajuste é dos mais vergonhosos. A intensificação das perseguições ao povo, os novos métodos de violência a serem ensinados à polícia, a entrega, enfim, da polícia brasileira ao FBI, serão pagos pelas maiores vítimas do acôrdo, os homens do povo brasileiro, que correrão maiores riscos nas mãos de uma polícia melhor aparelhada para reprimir os movimentos populares.

BÓLSAS

As bólsas de estudo para policiais brasileiros assimilarem nos Estados Unidos as mais modernas técnicas de violências serão custeadas pelos Estados cooperantes, limitando-se os Estados Unidos a fornecer aulas e livros.

Elis o texto: «O Estado de São Paulo (e os demais Estados que assinarem o acôrdo — NR) compromete-se a:

«Custear a viagem Internacional dos bolsistas (a Washington, DC, e retorno); manter os salários e outros benefícios dos bolsistas durante o treinamento naquele país e obter um compromisso de cada bolsista de que, imediatamente após sua volta ao Brasil, permanecerá trabalhando com o órgão policial local durante um período não inferior a dois anos; e custear as despesas relacionadas com o aprendizado da língua inglesa, quaisquer que sejam as necessidades individuais de cada candidato a treinamento policial nos Estados Unidos, antes do embarque para aquele país».

PAGAMENTO DOS IANQUES

Como todos os norte-americanos que vêm «trabalhar» no Brasil, os policiais deverão receber em dólar. O ajuste não especifica a quantia, mas, como os demais técnicos enviados para trabalhar em outros setores, deverão eles receber salários régios, verdadeiras fortunas.

Além dos ordenados, esses homens terão todas as suas demais despesas pagas, inclusive para organizar es. critérios e contratar empregados, viagens, etc.

Todas essas despesas, segundo estabelece o acôrdo, serão pagas pelo Brasil:

«O Estado de São Paulo compromete-se a:

«Custear as despesas locais relativas à assistência técnica e administrativa para o consultor de segurança pública regional designado para São Paulo, inclusive os serviços de intérprete e secretária, local para escritório e transporte dentro do Estado, necessários à realização deste projeto».

VERBAS

Grande parte do documento é destinada ao fornecimento e aplicação de verbas para o programa, que serão fornecidas tanto pela Administração de Cooperação Internacional do governo dos Estados Unidos como pelos Estados cooperantes.

E há a advertência de que os Estados cooperantes não poderão «reduzir as respectivas verbas gerais destinadas a equipamentos e materiais, embora em contrapartida, não haja a mesma obrigação por parte da Adminis-

tração de Cooperação Internacional, pois se as verbas por elas votadas não forem imediatamente aplicadas, serão cortadas.

Apesar de ser um acôrdo entre entidades oficiais, as verbas fornecidas pela Administração de Cooperação Internacional, não receberão esse tratamento, de vez que os dólares no contróle paralelo de câmbio, como fica estabelecido na letra L das Disposições Gerais: «A entidade cooperante tomará as providências necessárias, a fim de que os fundos reme-

inada no momento negro, partitido, contribuindo, assim, para a desvalorização do cruzado».

Outra questão que deve ser destacada é que as verbas poderão ser fornecidas também por entidades particulares, que terão o direito de participar do programa policial:

«As entidades cooperantes poderão recorrer à assistência de outras entidades públicas e particulares a fim de cumprirem com as suas respectivas obrigações con-



NOVAS ARMAS

Os policiais paulistas (foto) não precisarão mais entrar em contacto corporal direto com o povo. Usarão seus fuzis lança-granadas e seus cassetetes lança-gases, além de outras moderníssimas armas de repressão aos movimentos populares de rua, que serão fornecidos pelo FBI, segundo o acôrdo assinado em São Paulo.

tidos para o país cooperante pela Administração de Cooperação Internacional, ou qualquer entidade pública ou particular, com o intuito de contribuir para a execução das obrigações da Administração de Cooperação Internacional aceitas no presente acôrdo, possam ser livremente convertidos em moeda do país cooperante, sendo a taxa de conversão para esta operação a mais alta em vigor na data em que a mesma for efetuada, de acôrdo com a legislação cambial do dito país».

Isso significa que, em vez de trocar os dólares no Banco do Brasil no câmbio oficial, e assim colocar maior massa de moeda no mercado oficial, os americanos irão

forme estabelecido no presente acôrdo. Ambas as partes poderão concordar em receber contribuição de materiais, serviços, franquias e verbas para a consecução dos objetivos deste acôrdo quando tais contribuições provierem de entidades públicas e particulares, e deverão igualmente concordar com a participação de terceiros na realização das atividades estabelecidas pelo presente acôrdo.

Deste modo, organizações como o IBAD, CONCLAP, MAC, etc., terão todo prazer em dar dinheiro à polícia e mais ainda, em participar, agora oficialmente, da perseguição aos patriotas, com cobertura legal para seus atos terroristas.

Amaral e Lacerda Confessam: Massacre Foi Premeditado

O sorridente amigo de Mister Gordon tem o despudor de lembrar, em seus carismos cartazes de propaganda eleitoral, que foi o primeiro presidente da Petrobrás. Antes, era peixinho do Pentágono, de onde recebia ordens como adido militar da Embaixada do Brasil em Washington. Mas não foi sozinho que Juraci veio dos EUA. Trouxe consigo Mister Link, empregado da Standard Oil, e fez dele o mandado-chuva indiscutível da Petrobrás. Mister Link recebia o maior salário jamais pago a alguém no Brasil, precisamente para sabotar as pesquisas e industrialização do petróleo. Dêle disse o professor Francisco Mangabeira, atual presidente da Petrobrás: "Cometeu-se um grande erro que foi o de entregar o posto executivo de maior responsabilidade à direção de um estrangeiro, que tinha uma concepção nortista de petróleo inteiramente oposta à tese do monopólio estatal". Erro é benevolência, porque o que houve foi traição no Brasil, e não a simples presença de um estrangeiro. Na Petrobrás sempre foi o alto-falante de Mister Link. Na, da além disso embora isso rendesse muito.

Há, porém, nesse episódio de traição nacional um outro aspecto, até agora pouco conhecido. É esse, simultaneamente com a entrega da Petrobrás a Mister Link, cava-se uma empresa: "Montagem e Montagens Ltda. (MONTREAL)". Diretor dessa empresa: Tomaz Pompeu Borges de Magalhães, por coincidência, sobrinho de Juraci Magalhães. E para que foi formada a MONTREAL? Simplesmente para fazer fornecimentos à Petrobrás e executar trabalhos de montagem, sendo que, também por coincidência, exatamente a ela foi entregue a maior das instalações da nossa empresa de petróleo.

De um golpe, Juraci demonstrava o seu "patriotismo" (confiando a direção da Petrobrás a um empregado da Standard Oil) e a sua "moralidade" (avena com que ficassem em família as encomendas da Petrobrás).

Este é Juraci — o entreguista e aristocrata para quem os trabalhadores da Guanabara não passam de uma malta de cafajestes.

O massacre contra o povo e os candidatos nacionalistas, antecede, na Central do Brasil, foi um crime friamente premeditado pelo MAC e a polícia de Lacerda. Certos da derrota, diante da repulsa que vêm encontrando em toda a cidade, os entreguistas decidiram passar ao banditismo e ao assassinato. Investiram contra o deputado Hércules Corrêa dispostos a matá-lo — o que só não conseguiram devido à coragem pessoal e à resistência física do primeiro secretário da Assembleia. Estavam municiados com barras de ferro e armas de fogo. E à frente da "gang" de que faziam parte oficiais lacerdistas do Exército, estava o filho de Amaral Neto, autor de um homicídio praticado em condições até hoje misteriosas, mas ao que se sabe esboçadas há dois anos em Petrópolis.

A baderna foi planejada para desenvolver-se em duas etapas. A primeira, com o aparecimento do "caminhão do dólar", pilotado por Amaral Neto, e a provocação contra os nacionalistas e a massa popular. A segunda, prevista a inevitável reação dos trabalhadores com o surtimento da polícia ostensiva (a dismutada já se achava na praça, dando cobertura

aos baderneiros) e o espantamento indiscriminado da massa popular que se aglomerava em frente à Estação D. Pedro II.

CONFISSÃO

O próprio Amaral Neto, em suas primeiras declarações à imprensa, confessou clinicamente que tudo fora preparado. Disse ele: «Na Central têm falado todos os dias e a todas as horas só e exclusivamente comunistas. Juraci foi ali recebido com vaia e pedradas... Ou na Central falam todos ou não falaria ninguém. Estamos, como se vê, diante de uma dupla confissão. Primeiro: a massa que vai e vem da Zona Norte pela Central não quer ouvir os lacerdistas. Segundo: os candidatos do IBAD, desesperados diante dessa realidade, decidiram promover uma baderna de grande envergadura a um tempo que na Central não fale mais ninguém». Mais claro do que isso só água.

Mas se ainda não fosse bastante caro, Lacerda se incumbiu de tornar mais explícita a confissão. Correu a uma emissora de TV e nela fez um discurso que é absolutamente inadmissível por constituir uma frontal violação da lei eleitoral. pro-

paganda eleitoral aberta — Lacerda disse o que poderia estar faltando. Eis as suas palavras, textualmente transcritas de «O Globo» de ontem, 3ª página: «Se o deputado Amaral Neto respondeu, fez muito bem. CHEGOU O MOMENTO DE REPLICARMOS A ALTURA AS PROVOCAÇÕES».

Que falta mais para caracterizar, completa e irremediavelmente, a premeditação dos crimes praticados pelos bandidos de Lacerda e do MAC? Que mais poderia esperar o sr. Romero Pinho, presidente do Tribunal Eleitoral, se não fosse o faccioso lacerdistas que é, para pedir imediatamente a presença de tropas federais na Guanabara, independentemente de requerimento de partidos, como condição indispensável para garantir as eleições e, antes delas, a própria campanha eleitoral? O crime está aí, confessado com todas as letras e, ainda por cima, em tom de petulância e desafio. A esse respeito, lembramos os insultos assacados por Amaral Neto contra os trabalhadores da Zona Norte que se utilizam da Central do Brasil, e que já haviam sido chamados de "cafajestes" por Juraci. Em seus gritos históricos na Central, em meio às vaia que não conseguiu abafar, Amaral insultou

mais uma vez a massa popular. E fez questão de repetir os insultos em suas declarações a «O Globo», nas quais afirma: "Suportei, e os poucos amigos suportaram, as vaia E OS URROS DOS IRRACIONAIS QUE ESTAVAM NA CENTRAL".

«PROMOTION» EM AÇÃO

Como não poderia deixar de ser, a imprensa que se ajuza ao IBAD (Embaixada dos Estados Unidos) deturpou de todas as maneiras os acontecimentos da noite de anteontem. Cumpram a sua parte do plano terrorista: os criminosos são apresentados como vítimas e as vítimas como agressores. Como sempre, o máximo de canaíndice cabe a «O Globo», que diz em título: «Comunistas agredem Amaral Neto». Mas não dizem que já havia um comício dos nacionalistas quando chegou o "caminhão do dólar"; nem que eram os lacerdistas os que portavam barras de ferro; nem que dezenas de bandidos do MAC cercavam Amaral; nem que a polícia surgiu como por encanto para massacrar o povo. São forçados, contudo, a frisar-se tão gritante é a realidade dos fatos. E publicam a estereotipada confissão de Amaral Neto, com o precioso complemento de Lacerda.

CIDADE SEM LEI

Não podem existir duas opiniões por parte, já não dizemos dos patriotas e democratas, mas de qualquer pessoa que tenha bom senso: a Guanabara, sob o governo do criminoso de Lacerda, é uma cidade sem leis nem garantias. Os lacerdistas dizem-se democratas, mas mobilizam os piores bandidos e a polícia do Estado — paga com o dinheiro extorquido do povo através de esmagadores impostos — para massacrar os cariocas e tentar o assassinato de adversários políticos. E quando tão hediondos crimes são cometidos, o próprio governador não se peja de correr para a televisão, violando a lei eleitoral, para não só justificar mas exaltar os criminosos.

Os fatos são irrefutáveis: a presença de Lacerda na Guanabara retira as garantias mínimas para a realização do pleito eleitoral. A intervenção de forças federais é, assim, medida absolutamente indispensável para que possam promover-se os comícios e os eleições se sintam com a necessária tranquilidade para comparecer às urnas.



CONTRA OS JORNALISTAS

No Pronto Socorro Souza Agular, depois dos acontecimentos da Central, os policiais que foram deslocados para aquela local a fim de "proteger" o lacerdistas Amaral e seus capangas, investiram contra os jornalistas que ali realizavam o seu trabalho. Da violência contra os profissionais de imprensa participou também o arruaceiro Fidélis, filho do Amaral. As violências contra os jornalistas só cessaram depois da intervenção dos deputados Hércules Corrêa e Paulo Alberto, e do candidato e jornalista Marco Antônio Coelho.



Solidariedade

a Hércules: agressão

O deputado Hércules Corrêa dos Reis vem sendo alvo de inúmeras e carinhosas manifestações de solidariedade em virtude da agressão que sofreu na Central do Brasil, atingido por uma barra de ferro pelos bandidos comandados por Amaral Neto.

Ontem, entre outras, recebeu as visitas do secretário Regional do PTB, do delegado Regional do RAPI, do presidente da CNTI, Dante Pelacani, inúmeros dirigentes sindicais e várias comissões de operários.

Ainda ontem à noite, Hércules Corrêa dos Reis foi recebido na sede do Sindicato dos Têxteis, onde centenas de trabalhadores homenagearam seu presidente e candidato à reeleição a 7 de outubro.

Fiscais para apuração

A Comissão responsável pela campanha dos candidatos populares Marco Antônio Coelho, João Massena, Hércules Corrêa dos Reis e Sivalval Palmeira, comunica a todos os interessados que está recebendo pedidos de inscrição para fiscais no pleito de 7 de outubro e na apuração dos resultados eleitorais.

Esse comunicado é também um apelo a todos os simpatizantes e amigos dos candidatos populares.

O local de inscrição: avenida Rio Branco, 185, sala 2116, telefone: 32-8683. Horário: das 17 às 19 horas com Laura ou Agenor.

SÃO GONÇALO: CENTENAS DE TRABALHADORES ACLAMAM CANDIDATOS POPULARES

SÃO GONÇALO, 28 (Do correspondente) — Os candidatos da "panela vazia" realizaram no dia de ontem intensa movimentação, percorrendo bairros e fábricas.

Pela manhã, a caravana constituída dos candidatos locais à vereança, o médico José Eugênio Costa e o dirigente sindical Pedro Cabral Machado, e o candidato a deputado estadual Afonso Celso Monteiro, percorreram várias fábricas, realizando comícios-relâmpago nas portas das seguintes empresas: Usinas Metalúrgicas Brasileiras, Cia. Manufatura de Tecidos, Fábrica de Conservas Conueiro.

A tarde, os candidatos nacionalistas e democráticos visitaram a Fábrica de Papel e Papelão, no Alcântara, assim como a Fábrica de Soda Cáustica.

CENTENAS DE TRABALHADORES

Os comícios dos candidatos populares foram presenciados por centenas de trabalhadores, que ainda aclamaram os nomes dos candidatos a governador, vice e senador. Durante a realização dos comícios, foram distribuídos entre os trabalhadores centenas de exemplares da edição de NR dedicada a campanha eleitoral no Estado do Rio.

FIM DO PROGRAMA

A noite, a caravana dos candidatos da "panela vazia" visitou o bairro do Cunha, onde se realizou um comício. Centenas de mora-

dores participaram da manifestação, saudando calorosamente os seus candidatos.

"A receptividade da candidatura de Tenório, assim como dos demais candidatos populares — declarou o candidato Afonso Celso no comício — dão-nos a certeza da vitória que já está próxima".

ESTADO DO RIO

ROTEIRO DA CAMPANHA ELEITORAL

A 27, quinta-feira: Em Petrópolis, três grandes comícios:

As 16 horas, no Alto da Serra; às 18 horas, em Cascatinha; às 20 horas, no centro da cidade (Praça da Inconfidência).

Falarão: TENORIO CAVALCANTI — candidato a governador.

DEMISTHOCLIDES BAPTISTA — candidato a deputado federal. ARISTÓTELES MIRANDA MELO — candidato a deputado estadual.

A 29 — São Gonçalo — Grande Comício de Encerramento da campanha eleitoral.

As 19.30 horas — na Praça do José Garoto. O ato será precedido de 3 passadas partindo do Comitê Eleitoral dos operários navais, em Niterói; da Praça das Neves, em S. Gonçalo; e do bonde do Alcântara, passando pelo Rodo.

Hércules Corrêa dos Reis a NR:

Ou Governo Federal Intervém na GB ou Será Responsável Pelo Que Suceder

Entrevistado por NOVOS RUMOS, o deputado Hércules Corrêa dos Reis alertou para a necessidade de intervenção federal nas eleições, em virtude dos métodos fascistas adotados por Lacerda e seus acaselas.

"Ficou evidenciado nos acontecimentos de anteontem na Central do Brasil que o deputado Amaral Neto, acumplicado com bandidos do MAC, foi promovido a desordens. Prova disso o fato de ali estar acompanhado de cerca de quarenta homens armados de revólveres, barra de ferro, cassetetes e pedaços de pau" — afirmou o deputado Hércules.

PREMEDITAÇÃO

"O alvo da agressão era eu mesmo, visto que fui o único político presente atingido. Todos os demais eram populares que assistiam aos costumeiros comícios da Central. Dentro de nosso caminho havia várias pessoas, mas só eu fui agredido".

Continuando, o 1.º secretário da Assembleia Legislativa mostrou que havia premeditação no ato criminoso de Amaral Neto: "É importante frisar isso, de vez que já há alguns me-

ses têm aparecido nos muros da cidade inscrições como "morte para Hércules", "fuzilamento para Hércules", etc., assinadas pelo MAC."

«FERIMENTO»

Referindo-se ao papel de vítima por que quis passar o líder governista na Assembleia, o deputado Hércules afirmou:

"O fato de Amaral Neto aparecer com um arranhão na testa nada mais é que a farsa habitual dos baderneiros. Lacerda fez o mesmo em 1954, com um falso tiro no pé, para justificar sua ação."

VAZIOS DE IDEIAS

"O objetivo deles é mesmo liquidar fisicamente os adversários, já que não resistem a uma discussão de ideias. São homens vazios, não possuem ideias. Portanto, só o terrorismo constitui método de ação para Lacerda e seus sequazes."

O deputado Hércules Corrêa dos Reis lembrou as posições e atividades da camarilha golpista em 24 de agosto de 1954, nos episódios de Aragarças e Jacareacanga, e todas as demais posições do grupelho enca-

beçado pelo governador da Guanabara nas sucessivas crises políticas como exemplos das badernas.

Finalizando, o deputado Hércules Corrêa dos Reis acentuou a importância da medida, alertando: "Se assim não proceder o governo federal, só nos restará adotar os mesmos métodos de campanha eleitoral ora adotados pelo governador do Estado. E se isso acontecer, o que não desejamos, o governo federal passará a ser também responsável pelo que vier a suceder, por sua omissão."

INTERVENÇÃO

"O governador Carlos Lacerda e seu líder Amaral Neto, colocando a campanha eleitoral nesses termos, indicam ao governo federal a necessidade de colocar na Guanabara tropas federais para garantir todo o processo de realização do pleito."

Até 7 de Outubro

Astrojildo Pereira

O confronto entre candidatos populares e candidatos lacerdistas vale não apenas quando é feito no plano individual — da um lado homens dignos como Eloi Dutra, Aurélio Viana, Mourão Filho, Marco Antônio, Hércules Corrêa, Sivalval Palmeira, João Massena, e de outro lado ex-homens e subhomens como Lopo Coelho, Juraci, Amaral Neto, Ardivino, Brunini; vale igualmente quando feito entre as forças políticas, econômicas e sociais, que apoiam a uns e a outros.

Quais são as forças que estão por trás dos candidatos tipo Lopo Coelho, Juraci, Amaral Neto, Ardivino, Brunini e Cia? São forças políticas, econômicas e sociais que se exprimem não só por siglas partidárias, mas principalmente por outras siglas já suficientemente definidas — IPES, IBAD, ADP, ALEF, MAC... São as forças representativas da mais negra reação, constituída por poderosos grupos econômicos, descarados entreguistas, lacaios e agentes dos trustes, bandos terroristas, fariseus de batina e sem batina, etc. — tudo isso devidamente supervisionado por embaladores e delegados do imperialismo lanque e por apañiguados e serviais do latifúndio. Note-se ainda que todas essas forças juntas representam apenas os interesses de uma ínfima minoria da população brasileira, e interesses estreitamente ligados por laços de dependência a interesses estrangeiros.

Do outro lado estão as forças políticas, econômicas e sociais que representam os interesses e as aspirações da esmagadora maioria do povo brasileiro. São forças vivas, atuantes, criadoras, verdadeiramente representativas do que há de melhor e mais progressista em nossa terra. São forças ativas e organizadas, que se exprimem por formas as mais diversas, através dos sindicatos operários, das agremiações profissionais, das ligas camponesas, das uniões estudantis, das entidades patrióticas e nacionalistas, das sociedades e grupos culturais, etc., etc. São estas as forças que se alinham, ostensivamente ou não, por trás dos candidatos populares, democratas, provados, patriotas de vida limpa, merecedores da nossa confiança e portadores dos nossos votos.

Elas porque não basta ouvir ou ler o que o candidato diz e promete. É preciso averiguar e comprovar as garantias de honestidade e responsabilidade que ele oferece, em penhor de sua palavra, e essas garantias não são somente as de ordem individual, são também as de ordem coletiva, oferecidas pelas forças políticas, econômicas e sociais em que o candidato se apoia.

Adotando este critério, sem se deixar levar pela pregação demagógica, pela propaganda emocional ou pela publicidade mercenária, pode o eleitor mais acertadamente decidir-se pelos melhores candidatos.



COMÍCIO DIA 29 — PRAÇA DAS NAÇÕES

(Bonsucesso)

Oradores: PRESTES, MOURÃO, MARCO ANTÔNIO E MASSENA

NOVOS RUMOS

PRESTES INDICA



DEPUTADO FEDERAL MARCO ANTÔNIO PST - 215

DEPUTADOS ESTADUAIS HÉRCULES CORRÊA PTB - 2117

JOÃO MASSENA PST - 1533

SIVALVAL PALMEIRA PST - 1561

Candidatos dos Comunistas

Programa

Para

o Povo

**NOVOS
RUMOS**



SUPLEMENTO ESPECIAL

**NOVOS
RUMOS**

Rio, setembro de 1962

I Encontro de Libertação Nacional

O Encontro e a Atual Situação do País

O I ENCONTRO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL realiza-se quando o País atravessa uma situação grave e difícil de sua vida. Persistem as causas e os efeitos da crise profunda, que se manifesta no alucinado ritmo inflacionário, no déficit orçamentário, na carestia e na sonegação dos gêneros, na elevação incontornável dos preços.

O descontentamento do povo é intenso. A radicalização das massas atinge, em grau crescente, um número cada vez maior de setores. A situação, tal como está, não pode continuar.

O I Encontro de Libertação Nacional não aceita o atual estado de coisas e acentua a necessidade de se enfrentar imediatamente uma mudança radical na situação do Brasil.

1. Examinando as medidas e os meios ao alcance do povo para conseguir uma saída e enveredar por um novo caminho, que lhe abra as portas à independência, ao progresso e ao bem-estar, o I Encontro de Libertação Nacional conclui que a emancipação do Brasil só será conseguida pela luta das massas e que o instrumento indispensável e necessário para isto é a FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

O I Encontro de Libertação Nacional lança um chamado apelo a fim de que a Frente de Libertação Nacional se torne efetiva em amplos organismos de frente única, em todos os recantos do Brasil: que sua estruturação surja simultaneamente com a participação desses órgãos da FLN, nas lutas diárias do povo, incluindo-se as lutas pelos objetivos políticos, em que as massas farão sentir o peso de sua influência na decisão do destino histórico do nosso País.

O I Encontro de Liberta-

ção Nacional decide postergar a data do grande CONGRESSO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL e reestruturar a Comissão Executiva incumbida de levar à prática esse congresso, autorizando-a desde já a entrar em contato com a direção existente da Frente de Libertação Nacional a fim de coordenar a ação comum, que incentivará a luta de libertação nacional e garantirá o seu êxito.

2. O I Encontro de Libertação Nacional julga oportuno chamar o povo a utilizar a arma do voto como uma arma revolucionária nas eleições de 7 de outubro, concentrando esforços para modificar profundamente a composição do Parlamento e derrotar os representantes do poder econômico. O atual Parlamento, pela sua maioria maciça partidária do imperialismo e do latifúndio, revelou-se contrário às reformas de base, e está superado em face das necessidades do povo brasileiro. Modificar sua composição é uma questão decisiva do atual momento político.

O I Encontro de Libertação Nacional considera, entretanto, que não deve comprometer-se nominalmente com os candidatos apresentados aos vários postos eletivos, alertando tão-somente ao eleitorado que só deve votar naqueles que, reconhecidamente nacionalistas e democratas, sejam bastante corajosos e audazes para, no futuro, prosseguir ajudando o povo na luta pela emancipação nacional.

3. O I Encontro de Libertação Nacional é pela antecipação do plebiscito. Este, porém, deve ser realmente constituído numa ampla consulta democrática ao povo, assegurando também o voto dos soldados, dos marinheiros e dos anal-

fabetos, e garantindo a todas as tendências e correntes políticas, sem exceção ou discriminações, o direito de participar em igualdade de condições, no esclarecimento do povo para a solução tomada de posição que significa a consulta plebiscitária.

4. O I Encontro de Libertação Nacional condena a atitude do Parlamento, que jamais encontrou meios e tempo para reformar a Constituição em benefício, por exemplo, da reforma agrária, mas que, num momento grave da vida do País, capitulando entre os generais golpistas, votou a toque-de-caixa o Ato Adicional para impedir ao povo a vitória completa do movimento pela legalidade, irrompido em 25 de agosto de 1961.

O presidencialismo, por sua vez, já foi a forma de governo que predominou no País, desde que se instaurou a República, e também não resolveu os problemas fundamentais da sociedade brasileira, que continuam se arrastando.

O I Encontro de Libertação Nacional é de opinião que o fundamental hoje, para o povo brasileiro, é assegurar e ampliar as liberdades democráticas e conseguir um governo que realize as reformas de base, iniciando a execução de um programa de sentido nacionalista e democrático. O governo vigente tem compromissos com o imperialismo e o latifúndio, conforme se evidencia com a participação, no atual gabinete, de ministros como o da pasta da Fazenda. E ainda que ostente em sua composição outros nomes com vínculos entre o povo, além do presidente da República, eleitos por considerável parcela de votos de nacionalistas e democratas, caracteriza-se pela conciliação com os golpistas e com a extrema direita do País.

5. Dentre as reformas de base de que necessita o País, além daquelas que golpeiam o imperialismo proibindo a remessa de lucros, encampando as empresas concessionárias de serviços públicos, estabelecendo o monopólio da importação do petróleo e afastando os trusts da distribuição de seus derivados, a reforma agrária tem um sentido, inconfundivelmente prioritário, e a ela se junta, em grau de preminência, a reforma universitária pela qual se batem os estudantes numa greve nacional, corajosa e persistente, que conta com a solidariedade irrestrita dos patriotas do I Encontro de Libertação Nacional.

O I Encontro de Liberta-

Com a presença de centenas de delegados, de todos os Estados, representando organizações políticas, culturais, estudantis, sindicais, camponesas e femininas, reuniu-se na capital de São Paulo, durante os dias 21, 22 e 23 de agosto último, o I Encontro de Libertação Nacional. Ao fim dos debates, foi aprovado pelo plenário o seguinte documento sobre a atual situação do País:

resoluções do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte e, em particular, com a resolução aprovada naquele conclave sobre a reforma agrária radical.

6. O I Encontro de Libertação Nacional chama a atenção para a necessidade de apoio à política externa independente de defesa de nossa soberania, de defesa da paz e da coexistência pacífica, pelo desarmamento completo e universal e o banimento das experiências nucleares; de relações diplomáticas e comerciais com todos os países socialistas e demais países do mundo; de respeito à autodeterminação dos povos e não ingerência nos assuntos internos de outros países.

7. O I Encontro de Libertação Nacional conclama arduamente à luta o povo brasileiro. Nosso caminho é o das lutas de massa, que já estão em curso no País. Lutas que vão desde a greve geral combinada com as formas de luta dos camponeses, até as lutas das cidades entrosadas com as lutas do campo, desde as lutas populares do Norte e do Nordeste até as lutas das mulheres que, em suas ligas femininas e outras organizações, combatem sem descanso a carestia de vida, a sonegação de gêneros e a alta inflacionária dos preços.

8. O I Encontro de Libertação Nacional, em sua linha de conduta de apoio às lutas de massa, solidariza-se integralmente com as resoluções adotadas no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, com as

resoluções do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte e, em particular, com a resolução aprovada naquele conclave sobre a reforma agrária radical.

9. O I Encontro de Libertação Nacional conclama arduamente à luta o povo brasileiro. Nosso caminho é o das lutas de massa, que já estão em curso no País. Lutas que vão desde a greve geral combinada com as formas de luta dos camponeses, até as lutas das cidades entrosadas com as lutas do campo, desde as lutas populares do Norte e do Nordeste até as lutas das mulheres que, em suas ligas femininas e outras organizações, combatem sem descanso a carestia de vida, a sonegação de gêneros e a alta inflacionária dos preços.

10. O I Encontro de Libertação Nacional, em sua linha de conduta de apoio às lutas de massa, solidariza-se integralmente com as resoluções adotadas no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, com as

resoluções do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte e, em particular, com a resolução aprovada naquele conclave sobre a reforma agrária radical.

SALA DO PLENÁRIO
São Paulo, 21 de agosto de 1962.



Elevação do Custo de Vida

Os representantes da classe operária tomaram enérgica posição de combate à constante elevação do custo de vida, consubstanciada no seguinte documento.

"O IV ENCONTRO NACIONAL SINDICAL DOS TRABALHADORES apreciou o Relatório da 1ª Comissão sobre a POSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA FACE A ELEVAÇÃO CONSTANTE DO CUSTO DE VIDA e:

RESOLVE

RATIFICAR todas as resoluções já aprovadas em Congressos, Conferências e Encontros Nacionais de Trabalhadores, até a presente data realizados e, como resultado dos trabalhos apresentados neste IV ENCONTRO, consignar mais as seguintes medidas em reforço daquelas resoluções:

- 1.º — Requerer dos poderes públicos a mobilização de todos os meios de transportes para o transporte de gêneros essenciais dos centros produtores até os mercados consumidores, chegando-se até o confisco dos estoques existentes, com encaminhamento à Justiça e prisão dos sonegadores;
- 2.º — Exigir do governo a ampliação da rede de armazéns gerais e silos, para estocagem de gêneros alimentícios dentro de um pla-

no nacional de abastecimento que vise a estabilização dos preços no mercado consumidor;

3.º — Lutar pela criação imediata de postos de emergência, onde se fizer necessário, para venda de gêneros alimentícios diretamente ao povo;

4.º — Encampação, pelos governos Federal e Estaduais, quando se fizer necessário, dos frigoríficos e invernadas bem como de empresas produtoras de gêneros alimentícios, tais como a SANBRA, ANDERSON CLAYTON etc., tendo em vista a proteção do pequeno criador e a defesa da bolsa do consumidor;

5.º — Controle, pelo governo, das empresas que exploram a indústria da pesca, visando ao seu desenvolvimento e aprimoramento, tendo em vista sua importância no abastecimento popular;

6.º — Insistir junto ao governo na reestruturação dos organismos controladores do abastecimento e fixação de preços, com a participação, dos trabalhadores em seus plenários;

7.º — Recomendar ao governo o afastamento da direção dos órgãos oficiais que superintendem a produção e a fixação dos preços, dos elementos pertencentes ou ligados a grupos econômicos;

8.º — Solicitar ao Congresso Nacional a aprovação imediata do projeto 850-55, que afasta os intermediários do serviço de estiva, tendo em vista o barateamento das mercadorias transportadas por via marítima;

9.º — Solicitar do governo federal sejam as caixas econômicas obrigadas a criar uma carteira de empréstimos simples aos trabalhadores, a juros módicos com desconto em "folha de pagamento";

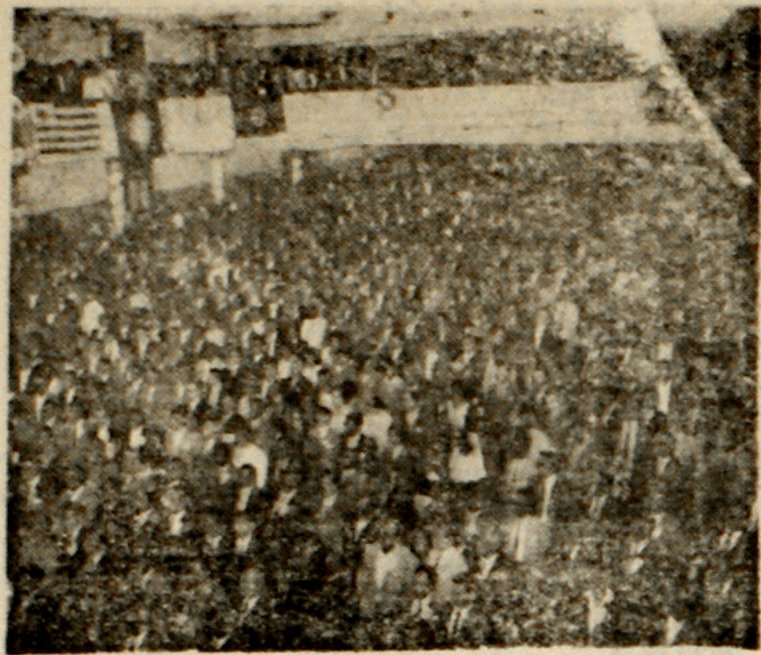
10.º — Recomendar aos prefeitos do interior o estímulo e assistência ao produtor, com vistas à melhoria do abastecimento em geral, bem como para que colaborem com subsídio de ordem técnica, na fixação de preços mínimos junto aos organismos controladores."

A solução dos principais problemas que afligem a Nação nos dias que correm foi objeto de intensos debates pelos trabalhadores, que chegaram à conclusão de que apenas com reformas básicas podem ser resolvidos esses problemas. Publicamos abaixo o documento aprovado a esse respeito no IV Encontro:

"Os representantes sindicais ao IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL, reunidos em São Paulo, diante da gravidade da situação brasileira e cónscios das suas responsabilidades na vida econômica, social e política, assumem compromissos de defender as seguintes medidas para a solução dos problemas nacionais:

1. — Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais, dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, caso necessário, até ao confisco dos estoques existentes, com encaminhamento à Justiça e prisão dos açambarcadores;
2. — Reforma urbana, como única solução para o problema da casa própria;
3. — Reforma bancária com a nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos e companhias de investimentos e financiamentos, e aplicação dos recursos em benefício de atividades genuinamente nacionais. Enquanto não for concretizada a reforma bancária, os poderes executivos deverão baixar instruções contendo medidas eficazes para impedir que o sistema bancário continue a conceder privilégios às firmas controladas pelos trusts, principalmente internacionais;
4. — Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das forças armadas, aos marítimos em viagem ou trânsito e instituição de cédula única para as eleições de 7 de outubro;
5. — Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos;
6. — Aprovação da Lei que assegura o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e Congressos;
7. — Encampação, com tombamento físico e contábil, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;
8. — Controle da inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Federal;
9. — Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, com fiscalização dos empregados;
10. — Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;
11. — Fortalecimento da Petrobrás, com o monopólio estatal do óleo bruto da distribuição dos derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;
12. — Nacionalização dos frigoríficos estrangeiros e seus campos de invernadas e defesa intransigente do pequeno criador, do pecuarista e do consumidor de carnes;
13. — Nacionalização das empresas estrangeiras de pesca e sua indústria;
14. — Monopólio estatal das indústrias químicas e farmacêuticas;
15. — Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;
16. — Encampação das empresas estrangeiras de publicidade;
17. — Criação da AEROBRAS, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;
18. — Federalização dos portos, assegurando-se os direitos adquiridos pelos trabalhadores, inclusive o de sindicalização;
19. — Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas na importação e exportação, às embarcações mercantes nacionais e afretamento de navios a casco nu, ao mesmo tempo com o incremento da construção naval;
20. — Apoio à SUDENE e à SPEVEA, como passo inicial para liquidar o desequilíbrio progressivo entre o Nordeste, a Amazônia e a região centro-sul do País, pugnan-do por uma política que remova as causas fundamentais daquele desequilíbrio;
21. — Monopólio estatal do câmbio e restauração do chamado "Confisco Cambial", de maneira a incrementar uma política de desenvolvimento econômico através da crescente industrialização do País, em bases nacionalistas;
22. — Controle efetivo, por parte do Estado, sobre as comunicações telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefônicas em todo o território nacional;
23. — Amparo efetivo ao produtor de trigo, mediante o financiamento total das safras, a armazenagem e silagem nas fontes de produção e nas zonas de embarque e desembarque, além da fiscalização da fronteira;
24. — Exigir imediatas medidas dos poderes públicos visando a erradicação do analfabetismo no Brasil;
25. — Defesa intransigente das liberdades democráticas e sindicais;
26. — Monopólio estatal da exportação do café;
27. — Reforma agrária radical e imediata, com extensão da legislação trabalhista e da assistência social ao homem do campo;
28. — Reforma universitária, participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários. Defesa da escola pública e democratização do ensino;
29. — Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional, e dos planos da "Aliança Para o Progresso";
30. — Desenvolvimento da indústria brasileira de extração e beneficiamento dos minérios atômicos, propondo como solução o monopólio estatal e combate ao contrabando;
31. — Defesa da indústria nacional de álcalis, mediante o monopólio estatal e controle da importação de barrilha e soda cástica e
32. — Incentivo e defesa da Cia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores e demais empresas de economia mista e autárquicas que operam nos ramos básicos da economia nacional."

Reformas de Base



Aspecto do plenário do IV Encontro Sindical Nacional

Novos Salários

Onze Pontos de Ação Imediata: Programa

Para as questões mais urgentes, que não admitem esperas e planificações demoradas, os trabalhadores aprovaram um "Programa de Ação Imediata", que consta dos seguintes pontos:

- a) O IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL DOS TRABALHADORES, reunido em São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 1962, interpretando o desejo de milhares de Delegados que representam os anseios de milhões de trabalhadores da cidade e do campo, emregrados e servidores, resolve:
- a) — Lutar pela imediata revisão dos níveis salariais.
- b) — Lutar pela imediata aprovação dos projetos de salário-família, aposentadoria aos 30 (trinta) anos de trabalho e pelo Direito de greve, conforme aprovação da Câmara Federal com as emendas apresentadas pelos trabalhadores.
- c) — Lutar pela aprovação do Projeto da jornada de seis horas de trabalho para a mulher e o de autoria do dep. Sérgio Magalhães que estende esse direito a todos os trabalhadores.
- d) — Lutar pela imediata aprovação do projeto do dep. Federal Ferro Costa

que eleva a porcentagem de juros de 6% para 12% sobre processos na Justiça do Trabalho.

e) — Impulsionar a luta para que o Ministério do Trabalho reconheça imediatamente os sindicatos de trabalhadores rurais.

f) — Lutar para que os sindicatos sindicalizem no mínimo mais 20% de seus membros antes do período do término deste Encontro Sindical e a realização do IV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES, ativando os grupos de luta existentes e organizando-se nos locais de trabalho.

g) — Organizar para o mês de setembro próximo — entre 24 e 30 — semana de luta contra a carestia da Reforma agrária radical e limitação da remessa de luetos para o exterior.

h) — Organizar a Conferência Nacional das mulheres trabalhadoras onde serão discutidas as questões pertinentes à jornada de trabalho das 6 horas e suas reivindicações para o próximo mês de outubro na cidade de São Paulo, sob a responsabilidade do Preto Inter-sindical de São Paulo.

Melhorar Estrutura Sindical Para Fortalecer as Lutas

Os trabalhadores reunidos em São Paulo deram grande atenção à questão da organização sindical, indispensável para garantir o êxito em suas lutas. Assim, para adaptar a estrutura sindical brasileira às atuais necessidades, foram aprovadas as seguintes resoluções:

- ESTRUTURA SINDICAL**
- "Dos trabalhos apresentados a consideração do IV ENCONTRO sobre a questão de Estrutura sindical; constatou-se a preocupação salutar de todos os convenionais com a organização estrutural dos nossos organismos.
- Assim que esta Comissão, apreciando o material, constatou que a ESTRUTURA SINDICAL DO BRASIL já não corresponde ao avanço do movimento sindical. Devemos ter em conta que a própria luta dos trabalhadores, os grandes movimentos

reivindicatórios, a conquista e a defesa dos direitos da classe operária, foram modificando a antiga estrutura, introduzindo medidas democráticas, consagradas pelos próprios trabalhadores.

Um exame mais profundo da atual estrutura sindical se fará durante a preparação do IV CONGRESSO NACIONAL SINDICAL que poderá então apresentar um estudo completo das conquistas já efetuadas e as que iremos reivindicar.

Apresentamos, entretanto, os seguintes pontos e resoluções:

1.º — Apoio à ação exercida pelo Comando Geral dos Trabalhadores, integrada pelas Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais, por sua orientação firme e decidida nos últimos acontecimentos políticos, especialmente na direção da greve política de 5 de julho de 1962.

— Diante do prestígio e respeito pela massa traba-

ladora e as organizações sindicais do nosso País, o Comando Geral dos Trabalhadores é transformado, com aprovação do IV ENCONTRO NACIONAL SINDICAL, em órgão de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro.

2.º — O Comando Geral dos Trabalhadores será composto de dois representantes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais e das C.P.O.S. da Guanabara, com sede no Rio de Janeiro, tendo sua secretaria funcionando na Sede da CNTT.

3.º — Em cada Estado ou Município serão organizadas direções idênticas, tendo em conta a diversidade de sistemas em funcionamento em cada local, de Comissões, Conselhos, Pactos, etc.

4.º — Os comandos em cada Estado se ligarão e se representarão no Comando Geral dos Trabalhadores, assim como os Municípios terão sua ligação com órgãos Estaduais.

5.º — Intensificar as organizações de direções estaduais e com base nas Federações Estaduais e nos organismos (tucetes nas capitais dos Estados, onde deve ter sua sede e secre-

taria, do comando sindical de cada Estado;

6.º — Tornar obrigatória a organização sindical à base dos órgãos nos locais de trabalho. Enviar a todos os organismos sindicais, as instruções como funcionam as representações nas empresas, incluindo seu regulamentamento nos Estatutos Sindicais.

Lutar com toda a energia para que a Câmara dos Deputados aprove sem demora o projeto de lei, em tramitação, que assegure a estabilidade de representação sindical nos locais de trabalho.

7.º — Convocar o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, para meados do ano de 1963, dando ao Comando Geral dos Trabalhadores a incumbência de organizá-lo, podendo criar para cumprimento de suas tarefas, as comissões de trabalho que forem necessárias.

Este IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, será precedido e baseado nas realizações dos Congressos, Conferências, e Convenções, tanto em âmbito Estadual como Municipal, assim como de várias categorias profissionais.

A comissão organizadora deverá imediatamente tomar todas as medidas para que a convocação do IV Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores seja publicada no dia 15 de setembro deste ano.

8.º — Dar todo o apoio e meios técnicos para a organização sindical dos trabalhadores rurais, sob a responsabilidade direta da direção sindical de cada Estado.

9.º — Prestar toda solidariedade à sindicalização dos funcionários públicos, servidores do Estado.

10.º — Realizar uma campanha planejada Nacional, Estadual e Municipal de sindicalização, sob o compromisso de aumentar os efetivos atuais de cada Sindicato, a partir desta data, de 20%, cujo resultado deverá ser apresentado ao IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores a ser realizado em 1963.

11.º — Recomendar a unificação dos DIRESES já existentes em todo o território Nacional em um único órgão coordenador.

12.º — Recomendar que sejam criados em todos os Sindicatos e Federações, além das Confederações, cursos de capacitação político-sindical."

O que os trabalhadores recebem mensalmente já não basta para comprar os gêneros de primeira necessidade. E muito menos para outras necessidades, mesmo as mais também indispensáveis. O IV Encontro resolveu aprovar nesse sentido as seguintes medidas:

"Sobre as REIVINDICAÇÕES SALARIAIS, este ENCONTRO, examinando a situação dos trabalhadores brasileiros face à desvalorização progressiva do valor aquisitivo, resolve tomar as seguintes medidas, recomendando a todas as organizações sindicais sua imediata aplicação:

- 1.º — Revisão imediata dos atuais níveis de salário mínimo, terminando com a discriminação arbitrária do zoneamento em vigor a fim de que o critério estabelecido seja de que o SALÁRIO MÍNIMO para qualquer localidade de um Estado se iguale àquele percebido nas respectivas capitais, eliminando-se, assim, as injustas subdivisões existentes.
- a) que nos cálculos para a sua revisão sejam incluídos gastos com educação e cultura;
- b) que seja aplicado imediatamente após a sua decretação, revogando, em consequência, os artigos da CLT que impedem essa medida;
- c) que seja intensificada a fiscalização por parte dos organismos sindicais, a fim de impedir a burla dos empregadores que não pagam o salário mínimo de maior aos menores que não estão sujeitos ao aprendizado;
- 2.º — Redução do prazo dos acordos salariais estabelecidos em lei, a fim de aproximar os seus níveis com a constante elevação do custo de vida, passando a vigorar no máximo de seis em seis meses.
- a) que os próximos acordos salariais sejam estabelecidos nessa forma e os que estejam em vigor sejam revistos de forma a se enquadrarem no período de seis meses.
- 3.º — Que se preste toda a solidariedade e apoio à luta dos servidores civis e militares pela justa elevação dos seus vencimentos.
- 4.º — Que as diferenças existentes dos salários acima do mínimo sejam mantidas quando da elevação dos níveis do salário mínimo, mantendo-se, assim, a hierarquia salarial.
- 5.º — Que se intensifique a luta pela conquista do salário mínimo profissional, do salário profissional e salário móvel.
- 6.º — Que se lute e se reclame pela imediata aprovação do projeto que institui o salário família para todos os trabalhadores do nosso país, tanto ativos como inativos.
- a) Recomenda-se que se evitem todos os esforços para que seja concedida urgência a esse projeto de lei em tramitação no Parlamento Nacional, no período de seu "esforço concentrado", enviando telegramas, abaixo-assinados, comissões, etc., para reclamar dos parlamentares essa medida.
- 7.º — Lutar pelo integral cumprimento da lei que estabelece o 13.º mês de salário e que se lute, também, por sua extensão aos aposentados.
- 8.º — Apoio decidido aos projetos que asseguram férias de 30 dias e jornada de seis horas de trabalho para as mulheres, criando-se, assim, as condições para que a jornada de seis horas de trabalho seja extensiva a todos os trabalhadores."

SÃO PAULO (SP), 19 de agosto de 1962.

em voga nos países com cuja colaboração técnica temos contado até o presente.

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A consulta a grupos de técnicos e cientistas de várias procedências, não excluindo aos dos países com experiências no ramo e de quem não vimos recebendo colaboração".

CONSIDERANDO QUE:

- 1. As decisões sobre a exploração e perfuração para petróleo no território nacional exigem a participação de técnicos de experiência em campos variados;
- 2. a extensão do território nacional e a dispersão e complexidade dos trabalhos de campo e de interpretação conduzem, para se tomar tais decisões, ao exame de considerável massa de documentos e informações;
- 3. não é aconselhável deixar ao arbítrio de um só homem decisões de tal forma transcendente.

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda que:

"A orientação e controle de execução, do Departamento de Exploração, sejam atribuídos a um órgão colegiado, composto de técnicos nacionais, das mais elevadas competências e reputação, nomeados pela Diretoria Executiva da PETROBRAS, cabendo à Superintendência do Departamento de Exploração, cumprir e fazer cumprir as decisões daquele coletivo".

CONSIDERANDO QUE:

- 1. O aumento da produção de petróleo de peso, através programas exploratórios, caracteriza-se por sua longa maturação;
 - 2. o fator tempo na obtenção da auto-suficiência no setor petróleo, para um país subdesenvolvido como o Brasil, é dos mais importantes;
 - 3. os técnicos brasileiros desenvolveram e aperfeiçoaram um processo de extração de óleo de xisto, que, segundo as experiências realizadas em escala protótipo, demonstrou grandes possibilidades de produção em condições econômicas;
 - 4. a existência de ponderáveis reservas de xisto betuminoso no País.
- A segunda Convenção Na-

cional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A aceleração, por parte da PETROBRAS, da construção da Usina de São Mateus, a fim de se avaliar definitivamente sua economicidade em escala industrial, de modo a permitir, no menor prazo possível, realização de programa, visando complementar, através desse processo, nossas necessidades petrolíferas".

CONSIDERANDO QUE:

- 1. A importação de óleos lubrificantes onera o País em mais de 15 milhões de dólares anuais;
- 2. a Refinaria Landulpho Alves deverá produzir, dentro de mais alguns meses, cerca de 50% do consumo nacional de lubrificantes;
- 3. mesmo depois de entrar em funcionamento a unidade de lubrificantes da PETROBRAS, o cartel internacional ainda detém o controle do ramo, especialmente através as "bleeding-plants" (fábricas que juntam os aditivos químicos ao óleo lubrificante);
- 4. as atuais empresas particulares executam um serviço que, nos termos do Decreto-Lei n. 395, de 29 de abril de 1938, é considerado de utilidade pública;
- 5. a Lei n. 2004, nos seus artigos 24 e 26, prevê o controle, pela PETROBRAS, do parque nacional do refino;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"a) Que a PETROBRAS amplie a unidade de lubrificantes a fim de tornar-se auto-suficiente na produção de lubrificantes. Se a atual unidade ampliada não for suficiente, iniciar de imediato a construção de novas unidades.

b) que a PETROBRAS passe a produzir lubrificantes."

CONSIDERANDO QUE:

- 1. A liberdade de fixação de preços dos óleos lubrificantes tem proporcionado às companhias estrangeiras instaladas no País lucros monopolísticos e arbitrários;
 - 2. através cálculos indiretos, chegou-se à conclusão de que as companhias estrangeiras, apenas com os óleos lubrificantes, obtêm lucros maiores do que aqueles declarados em balanço e referentes a sua atividade global;
 - 3. A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo exige: "Que o Conselho Nacional do Petróleo tome as medidas necessárias para o imediato tabelamento dos óleos lubrificantes."
- CONSIDERANDO QUE:**
- 1. A necessidade de corrigir a presente situação em que as empresas permissio-

nárias do refino se beneficiam do nível elevado de rentabilidade — os mesmos preços de venda conferidos a PETROBRAS — só justificável em relação à Empresa Executora do Monopólio Estatal, tendo em vista as atividades de pesquisa, lavra, refinação e transporte do petróleo;

2. o interesse existente para a política nacional do petróleo de implantar uma direção única do parque de refino, a fim de ajustar, nas melhores condições operacionais e econômicas, a produção e o consumo de produtos petrolíferos;

3. a existência de empresas particulares permissórias do refino cria graves empecilhos ao desenvolvimento harmônico e rápido da indústria nacional do petróleo, bem como choques de interesses entre algumas das permissórias e os órgãos responsáveis pela política petrolífera do País;

4. as atuais empresas particulares executam um serviço que, nos termos do Decreto-Lei n. 395, de 29 de abril de 1938, é considerado de utilidade pública;

5. a Lei n. 2004, nos seus artigos 24 e 26, prevê o controle, pela PETROBRAS, do parque nacional do refino;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A imediata encampação das refinarias particulares".

CONSIDERANDO QUE:

- 1. A elevadíssima rentabilidade da indústria petroquímica;
- 2. a indústria petroquímica é totalmente dominada pelo capital estrangeiro e carrega para o exterior apreciável montante de divisas que poderiam ser utilizados em benefício do desenvolvimento nacional;
- 3. as matérias-primas básicas utilizadas por este ramo industrial são quase totalmente fornecidas pela PETROBRAS e a preços vis;
- 4. suas linhas de produção, normalmente, são dirigidas para a elaboração de produtos não essenciais ao aceleramento do desenvolvimento econômico do País;
- 5. A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda: "Que a PETROBRAS intensifique programas de treinamento e requalificação de técnicos de todos os níveis".

mente as da Bahia e de Duque de Caxias (Fabor)".

CONSIDERANDO QUE:

- 1. A importação de petróleo e derivados, por empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, é uma brecha no monopólio estatal;
- 2. a intervenção dessas empresas no comércio exterior do petróleo permite manobras de sobre-faturamento, em detrimento da economia nacional;
- 3. A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda: "O estabelecimento imediato do monopólio de importação".

CONSIDERANDO QUE:

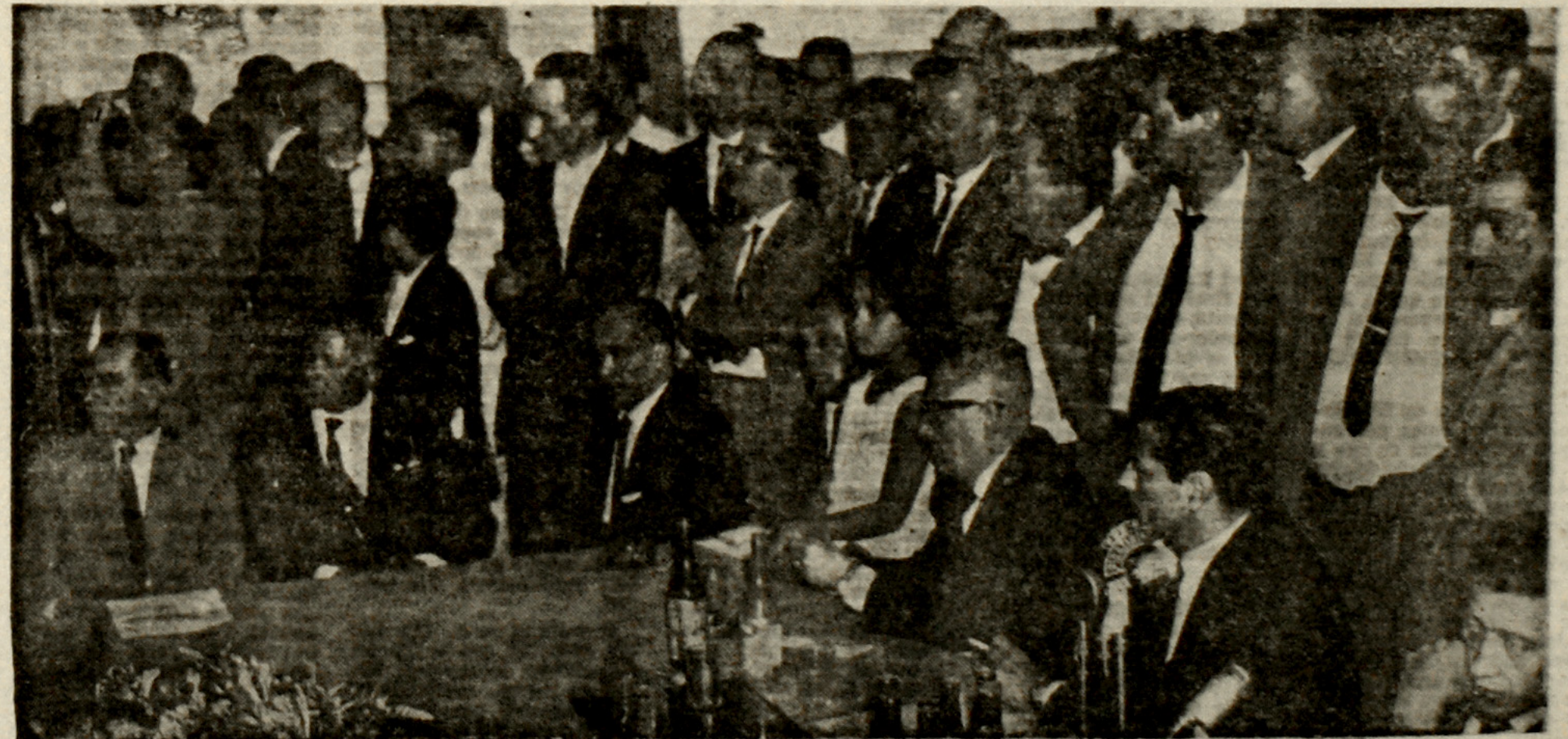
- 1. Está a PETROBRAS capacitada para superintender a distribuição a granel de derivados em todo o território nacional;
- 2. nenhuma contribuição positiva advém para o País da manutenção do atual regime de distribuição a granel de produtos petrolíferos, realizada pelas companhias estrangeiras;
- 3. o papel corruptor assumido pelas referidas empresas na vida política e cultural do País;
- 4. o efeito negativo sobre o balanço de pagamentos do País, proveniente das remessas para o exterior;
- 5. A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda: "A imediata encampação das refinarias particulares".

"A outorga a PETROBRAS do monopólio de distribuição por intermédio de suas Unidades, que passaria a abastecer os grandes consumidores estatais e para-estatais, bem como, a encampação de todos os terminais onde existirem bases aéreas e navais como medida de segurança nacional e a construção de outros terminais onde a PETROBRAS estiver operando".

CONSIDERANDO QUE:

- 1. Não há verdadeira independência de um país sem que os seus filhos dominem as técnicas mais avançadas;
- 2. o recurso a técnicos estrangeiros é caro e aleatório;
- 3. A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda: "Que a PETROBRAS intensifique programas de treinamento e requalificação de técnicos de todos os níveis".

Na mesa: general Amartya Liberalto, prof. Francisco Mangabeira, governador Leonel Brizola e Fernando Autran. Falando, Dante Pelacani



IV Encontro Sindical Nacional

Vitória da Unidade Dos Trabalhadores Brasileiros

Mais de três mil trabalhadores reunidos dia 17, 18 e 19 de agosto em São Paulo fizeram do IV Encontro Sindical Nacional uma vigorosa demonstração de unidade, independência e clareza de objetivos do movimento operário em sua luta por melhores condições de vida e de trabalho e pelo fortalecimento da frente única nacionalista e democrática na luta pelas reformas de base.

Durante os três dias de debates o local do Encontro — Cine São José — ficou superlotado pelos representantes de centenas de sindicatos, federações e confederações, que formavam um plenário atento e entusiasmado, cuja vibração traduzia os anseios de milhões de trabalhadores, e várias comissões, cujos membros, eleitos para

coordenar as muitas propostas apresentadas pelos convencionais e transformá-las em decisões do IV Encontro.

Em sua fase preparatória, o IV Encontro Sindical Nacional atingiu centenas de milhares de trabalhadores, pois foram realizados congressos e conferências regionais em inúmeros setores e categorias profissionais.

Durante esse período de preparação, milhares de opiniões se fizeram ouvir sobre problemas como as liberdades e autonomia sindicais, a luta por um governo nacionalista e democrático, campanha por melhores salários, regularização do abastecimento de gêneros alimentícios, contra a carestia, pelas reformas de base, e muitos outros, discussões que enriqueceram os argumentos e

idéias dos delegados eleitos e fizeram das decisões do conclave decisões democráticas, de enorme alcance do proletariado.

Além, só os signatários da convocação do Encontro já servem para mostrar a amplitude do conclave. Assinaram o documento dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara (CPOS), Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, Federação Nacional dos Estivadores, Federação Na-

cional dos Trabalhadores Ferroviários, Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas, Radiotelegráficas e Radiotelefonias, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Federação Nacional dos Empregados no Comércio Armazenador, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Trabalhadores no Grupo de Máquinas da Marinha Mercante, Federação Nacional dos Radialistas, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, União dos Portuários do Brasil, Pa-

to de Unidade Intersindical de São Paulo.

Presentes à reunião encontravam-se os representantes da Federação Sindical Mundial, Henry Vernier, do Sindicato dos Marítimos da República Popular da China, Tang Chang, do Departamento Internacional da Federação dos Sindicatos da República Popular da China, Mo Chen Chiu, e da CIOSL-ORIT, sr. Samuel Powell. O representante da CIOSL-ORIT tentou pregar o "apostolismo" sindical, mas recebeu a reprovação do plenário, primeiro, e depois do secretário da FSM, Henry Vernier, que em discurso aplaudidíssimo fixou a atitude da Federação Sindical Mundial, que está disposta a dialogar com os dirigentes da CIOSL-ORIT em benefício da unidade sindical em todo o mundo.

Manifesto à Nação

"Os trabalhadores e suas organizações sindicais, reunidos em São Paulo no seu IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL, com cerca de 4.000 delegados de todo o país e todas as categorias profissionais, reafirmam a sua firme disposição de lutar, com apoio de todas as forças nacionalistas e democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio — causas essenciais da crise em que vivemos.

Coerentes com os pronunciamentos assinados pelos dirigentes sindicais definindo a posição dos trabalhadores face aos problemas que afligem a nação, reafirmamos mais uma vez que não haverá solução favorável ao povo pela forma como procedem as cúpulas partidárias e o governo, com conciliações que atendem aos interesses e monopólios e seus agentes, inimigos de nossa pátria.

Só com a participação dos trabalhadores, dos patriotas civis e militares, derrotaremos nossos inimigos.

Examinando profunda e coletivamente a situação econômica, política e social do nosso país, concluímos que não houve, que não se tomou nenhuma medida eficiente para enfrentar as

causas do atraso e da miséria em que vive o nosso povo. Por isso estamos convencidos de que se não lutarmos com energia, essa situação se agravará muito mais.

Concluimos também, que apoiados na opinião e ação de todo o povo, afirmamos nossa disposição de nos manter unidos, vigilantes e organizados para prosseguir, sem desfalecimento, nossa luta, para tornarmos realidade o programa de 18 pontos que constitui nossa bandeira de luta. Ao denunciarmos a conciliação que se realiza contra os interesses da nação e do povo, concluímos a todos os nacionalistas, democratas, patriotas, pois agora necessitamos multiplicar nossas energias, nossa mobilização e nossa organização. Este é um momento que exige de todos nós, maior esforço porque, assim, unidos, conquistaremos nossas reivindicações e direitos. Mantemos as nossas organizações em Assembléias Permanentes. Organizemos comissões nos locais de trabalho; multipliquemos os nossos efetivos sindicais. Discutamos nossas resoluções e decisões para aplicá-las.

Lutaremos com energia

para que as forças imperialistas e dos latifundiários não continuem a espoliar e roubar o povo brasileiro. Defendamos com energia as liberdades democráticas e sindicais. Lutaremos pelo direito de voto para os soldados e analfabetos. Exigimos a democratização da Lei eleitoral e legalização de todos os partidos políticos. Lutaremos contra a Lei de Segurança Nacional, pela ampla liberdade de imprensa falada e escrita.

Não aceitaremos o substituto Jefferson de Aguiar e exigimos a imediata aprovação do projeto de lei originário da Câmara dos Deputados sobre o Direito de Greve.

Exigimos medidas reais contra os trusts e os monopólios. Lutemos pela Reforma Agrária Radical, com acesso à terra aos camponeses pobres e medidas complementares de amparo ao trabalhador rural. TRABALHADOR: Consideramos justas todas as reivindicações que os participantes do IV ENCONTRO, com tanto calor e firmeza defenderam no decorrer dos debates, condenando todas as formas de exploração e opressão. Reivindicamos, além de outras, a revisão imediata do salá-

rio mínimo atual, aumentando como está o custo de vida, pugnamos pelo aumento geral dos salários, o salário família, contra qualquer tentativa de congelamento de salários e vencimentos de civis e militares. Reclamamos medidas imediatas e eficientes do governo contra a insuportável alta constante do custo de vida e contra os exploradores do povo. Lutaremos pela aplicação integral de todas as conquistas das leis sociais e trabalhistas e da Lei Orgânica da Previdência Social, bem como das resoluções que tomamos no nosso IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL.

Enquanto as cúpulas partidárias e homens do governo dissociados do povo, dos supremos interesses da nação, conciliam e tentam enganar a nação com falsas medidas, que agravam ainda mais a situação do país, os trabalhadores demonstram com a greve de 5 de julho último e por outras formas de luta e ainda com as suas decisões em nosso conclave que nossa batalha vai se estendendo por todo o país, formando uma frente única que cada vez mais vai se tornando invencível.

Agora, mais do que nunca lutaremos pela constituição de um governo nacionalista e democrático capaz de executar as REFORMAS que o país exige.

Firmes, unidos e mobilizados derrotaremos a conciliação dos que não querem a solução dos problemas vitais do nosso país e do nosso povo e dos que querem impedir e retardar a execução do programa nacionalista e democrático, e tentar anular as liberdades democráticas.

Para alcançar estes objetivos que são de todo o povo, concluíamos a preparação de uma greve geral para ser deflagrada quando o determinar o Comando Geral dos Trabalhadores, sem prejuízo de continuarmos lutando pelas nossas reivindicações.

Levemos com entusiasmo as justas resoluções do IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL para os locais de trabalho e as Assembléias sindicais.

Concluíamos toda a nação, civis e militares, camponeses, estudantes, homens e mulheres e ao povo em geral, para unidos lutarmos pela emancipação da nossa pátria.

São Paulo, 19 de agosto de 1962."

Comando Geral Dos Trabalhadores

A propósito da última greve geral, deflagrada em todo o País no dia 14 de setembro, o Comando Geral dos Trabalhadores distribuiu o seguinte manifesto dirigido aos trabalhadores e ao povo:

Fomos mais uma vez a greve. De norte a sul, em todos os rincões de nosso País, os trabalhadores desfaldaram a bandeira de sua grande arma — a GREVE.

Fomos à greve, principalmente, para lutar contra a ação criminoso das forças pró-imperialistas e latifundiárias, os entreguistas que dominam as cúpulas de certos partidos, da maioria parlamentar que impede as reformas profundas que todos os brasileiros exigem. Reclamávamos a realização do plebiscito junto às eleições gerais porque achamos que o povo é que deve escolher as formas institucionais que julgar convenientes.

Realizamos esse grande movimento de unidade, numa demonstração política que pôs a classe trabalhadora como a força mais expressiva e mais decisiva na sociedade brasileira. Fomos à greve para exigir a efetivação de soluções reais de problemas que tanto angustiam e afligem o povo: combate à exploração e à miséria, pela imediata elevação de 100% no salário-mínimo e majoração de todos os salários; pela realização da reforma agrária e aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo; pela aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior; por medidas contra o alto custo de vida, como o congelamento imediato dos preços de gêneros e artigos de primeira necessidade.

Saimos dessa grande e vitoriosa greve, mais unidos, mais organizados, com força multiplicada e com uma posição de relêvo em todo o desenvolvimento da vida econômica e política do País.

O compromisso assumido pelo governo com a classe trabalhadora, além de respeitar o pleno gozo das liberdades democráticas, nos garante, de imediato, a mais rápida revisão do salário-mínimo, o início e a continuação de medidas para se ir realizando a reforma agrária, efetiva aplicação da Lei de Remessa de Lucros e daquelas medidas indispensáveis a pôr um parafuso à desenfreada exploração do povo, tais como a intervenção governamental nos trusts que asfixiam a economia nacional e o congelamento dos preços

sob a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, cumpriu, mais uma vez, o seu patriótico dever. Com a greve derrotamos a intransigência de uma maioria parlamentar reacionária e retrógrada. O caminho do plebiscito foi aberto e, também, ao presidente da República foram concedidas todas as condições para a constituição de um governo nacionalista e democrático.

Se não foram maiores as vitórias nesta luta pelos objetivos do programa de salvação nacional aprovado em nosso memorável IV Encontro Sindical Nacional, é porque outras forças nacionalistas e democráticas não atuaram com a mesma intensidade e vigor, como o fizeram os trabalhadores na sua greve geral.

Mais uma vez a classe trabalhadora, em greve, deu ao Brasil uma grande e efetiva contribuição, evitando a consumação do retrocesso, da vitória da reação, do avanço das forças reacionárias que tudo fazem para manter o nosso País em atraso, miserável e subjugado aos imperialistas e latifundiários.

Saimos dessa grande e vitoriosa greve, mais unidos, mais organizados, com força multiplicada e com uma posição de relêvo em todo o desenvolvimento da vida econômica e política do País.

Companheiros trabalhadores: Em cada organismo sindical, em cada local de trabalho, em cada lar operário, devemos debater os resultados de nossa greve vitoriosa, realizando assembléias sindicais e concentrações populares, pôr em prática suas conquistas; multiplicar os efetivos de nossa organização; manter a nossa mobilização e ampliar a nossa pujante unidade. Formamos, com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Forças Armadas, uma poderosa e invencível frente única que luta pela emancipação nacional.

O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de

julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que representa a libertação de nossa Pátria, e bem-estar de nosso povo e a felicidade da Nação Brasileira.

Viva a pujante e vitoriosa GREVE GERAL DE 14 DE SETEMBRO!

Pela constituição de um Governo Nacionalista e Democrático!

Pelas Reformas de Base!

Pela unidade e organização dos trabalhadores e sua união crescente com os camponeses, estudantes, intelectuais, militares patriotas e de todas as forças nacionalistas e democráticas.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1962.

Pelo COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES:

Dante Pelacani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Huberto Menezes Pinheiro — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos; Osvaldo Pacheco da Silva — Federação Nacional dos Estivadores; Felipe Ramos Rodrigues — Federação Nacional dos Portuários; Raimundo Castelo de Souza — Federação Nacional dos Marítimos; Severina Naina Schnapp — Federação Nacional dos Arruadores; Raphael Martinelli — Federação Nacional das Ferrovias; Paulo de Mello Bastos — Federação Nacional dos Trabalhadores do Ar; Newton Eduardo de Oliveira — Federação Nacional dos Gráficos; José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil; Othon Canedo Lopes — Sindicato Nacional dos Aeroviários; Paulo de Santana Machado — Sindicato Nacional dos Aeronautas; Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara.

Companheiros trabalhado-

res: Em cada organismo sindical, em cada local de trabalho, em cada lar operário, devemos debater os resultados de nossa greve vitoriosa, realizando assembléias sindicais e concentrações populares, pôr em prática suas conquistas; multiplicar os efetivos de nossa organização; manter a nossa mobilização e ampliar a nossa pujante unidade. Formamos, com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Forças Armadas, uma poderosa e invencível frente única que luta pela emancipação nacional.

O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de